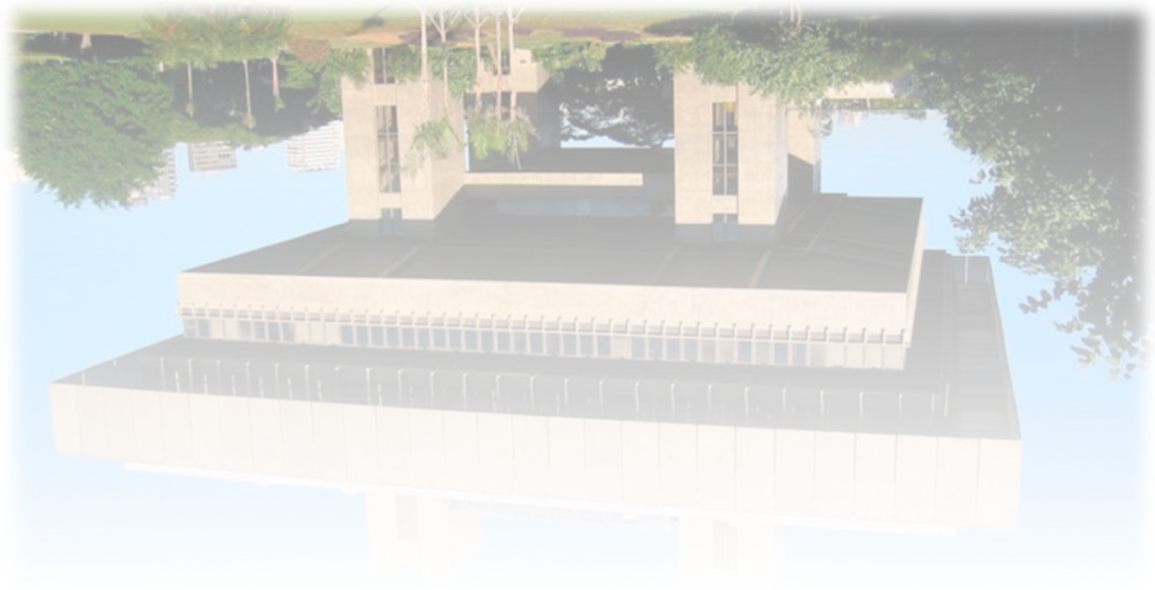


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TCMSP



3º Trimestre de 2025

TCMSP

CONSELHEIROS

Domingos Odone Dissei – **Presidente**

Ricardo Ezequiel Torres – **Vice-Presidente**

Roberto Tanzi Braguim - **Corregedor**

João Antonio da Silva Filho

Eduardo Tuma

Unidades Técnicas

Secretaria-Geral (SG) – Elio Esteves Junior

Secretaria de Controle Externo (SCE) – Rafael Valverde Arantes

Secretaria Administrativa (SA) – Glaucio Teixeira Tavares

Núcleo de Governança e Gestão (NGG) – Carolina Rocha Malheiros

Unidade de Informações Estratégicas (UIE) – Luciana C. C. Guerra

Núcleo de Jurisprudência e Súmula – João Vieira Barros

Ouvidoria – Paulo Muanis do Amaral Rocha

Coordenadoria Processual – Ramon Dumont Ramos

Núcleo de Auditoria Interna – Marcos Chust

Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – Ricardo Ferreira Santos

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) – Ricardo E.L.O. Panato

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O TCMSP	8
2.1. Competência	8
2.2. Jurisdição e Jurisdicionados	9
2.3. Estrutura	9
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
3.1. Monitoramento – 3º Trimestre 2025	12
4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	13
4.1. Quantificação dos Benefícios das Ações de Controle Externo	13
4.1.1. Benefícios quantitativos financeiros	14
4.1.2. Benefícios quantitativos não financeiros	16
4.1.3. Benefícios qualitativos	17
4.2. Relatórios Anuais de Fiscalização e Análises de Funções de Governo Julgados	18
4.3. Fiscalizações em Destaque	19
5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	27
6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	30
6.1. Ouvidoria	30
6.1.1. Manifestações	30
6.1.2. Índices de satisfação	30
6.1.3. Canais de recebimento de manifestações	30
6.1.4. Classificação das manifestações	30
6.1.5. Pesquisa de Satisfação	32
6.2. Câmara Municipal de São Paulo	32
6.3. Outras Entidades	34
6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados	34
6.4.1. Parcerias	34
6.4.2. Convênios	35
6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)	35
7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	36
7.1. Execução Orçamentária e Financeira	36
7.1.1. Receitas	36
7.1.2. Despesas	37

7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município	37
7.2. Gestão de Pessoas	37
7.2.1. Introdução	37
7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Terceiro Trimestre de 2025	39
7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2025/2024	40
7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na Meta Anual - Áreas Certificadas pela ISO/9001 (SCE/ETQC/GRT-URH) - Ano 2025	40
7.2.1.4. Trilhas de Capacitação – TCMSP	40
7.2.1.5. Ecos do Comportamento	41
7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP	41
7.2.1.7. Atividades Diversas	43
7.2.2. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)	44
7.2.2.1. Unidade Técnica de Controle, Cadastros e Benefícios	48
7.2.2.2. Unidade Técnica de Registro de Pessoal	48
7.2.2.3. Unidade Técnica de Folha de Pagamento	49
7.3. Gestão Patrimonial	50
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51
8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados	51
8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário	52
8.2.1. Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários	52
8.2.1.1. Sistemas de conectividade	52
8.2.1.2. Sistemas e aplicativos de vídeo conferência	52
8.2.1.3. Sistemas corporativos	52
8.2.2. Atendimentos de suporte	52
8.2.3. Equipamentos	53
8.2.3.1. Gerenciamento e controle	53
8.2.4. Gestão de contratos	53
8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas	53
8.3.1. Sistemas desenvolvidos internamente	54
9. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NAI	55
9.1. Execução de Atividades por Tema	55
9.1.1. Controle Externo	55

9.1.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira	55
10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP	56
10.1. Coordenadoria de Cursos de Extensão	56
10.2. Coordenadoria de Pós-Graduação	59
10.3. Coordenadoria de Palestras e Eventos	60
10.4. Coordenadoria de Parcerias e Convênios	62
10.5. Revista Simetria	62
10.6. Observatório Políticas Públicas (OPP)	63
ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (3º TRIMESTRE DE 2025)	66
ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (3º TRIMESTRE DE 2025)	68

1. INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE DOMINGOS DISSEI NO 3º TRIMESTRE DE 2025

01/07/2025 - Evento de assinatura do aditamento ao Termo de Cooperação com a PGM. O Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), Conselheiro Domingos Dissei, e a Procuradora Geral do Município, Luciana Sant'Ana Nardi, assinaram o segundo Termo de Aditamento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2019 firmado entre o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e a Procuradoria Geral do Município (PGM). O objetivo do Acordo é a promoção do intercâmbio de dados e a conjugação de esforços para aperfeiçoar a atuação das duas instituições, facilitando o intercâmbio de informações de suas bases de dados.

02/07/2025 – O Cônsul-geral da Itália, Domenico Fornara, o presidente do Circolo Italiano, José Messina e a Secretária Municipal de Relações Internacionais, Angela Gandra, estiveram no TCMSP, a convite do Conselheiro Presidente Domingos Dissei. Os visitantes acompanharam a Sessão Plenária do Tribunal e após participaram de um encontro que reuniu diversos representantes da comunidade italiana de São Paulo: os ex-presidentes da Sociedade Esportiva Palmeiras, Mustafá Contursi e Arnaldo Tirone, e o ex-vereador Andrea Matarazzo. Também estavam presentes o prefeito da cidade de Socorro, Maurício de Oliveira Santos e o representante da Secretaria de Relações Institucionais do Município, Tito Maule. O Chefe de Gabinete da presidência, Rubens Chammas, o Secretário Geral, Élio Esteves Júnior e o assessor de Gabinete, Américo Calandriello Júnior também participaram da reunião.

03/07/2025 - O Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), conselheiro Domingos Dissei, e o Prefeito da Capital Paulista, Ricardo Nunes, participaram da Santa Missa em homenagem à imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, vinda de Portugal. A imagem peregrina ficou exposta para visitação até as 15 horas na sede da Prefeitura e foi encaminhada à Associação dos Oficiais da Polícia Militar.

03/07/2025 – O Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas, representou o Conselheiro Presidente no evento de Lançamento da norma ABNT NBR ISO 37110:2024 -

Requisitos de Gestão e Recomendações para Dados Abertos de Cidades e Comunidades Inteligentes - Visão e Princípios Gerais. O evento foi realizado pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

07/07/2025 – Recebeu a visita do Secretário de Desestatização do Município, Luiz Fernando Machado, acompanhado do seu Assessor, José Antônio Parimoschi, para uma reunião o projeto de Parceria Público Privada Esplanada Liberdade.

07/07/2025 – Recebeu a visita Institucional do Controlador Geral do Município, Dr. Daniel Falcão e a sua Chefe de Gabinete Dra. Thalita Abdala Aris. O Chefe de Gabinete da Presidência, Sr. Rubens Chammas e Secretário Geral, Dr. Élio Esteves Júnior acompanharam a conversa.

15/07/2025 - O Presidente da ENEL Brasil, Antonio Scala visitou o Conselheiro Presidente, Domingos Dissei. Participaram do encontro o chefe de gabinete da presidência, Rubens Chammas, o secretário-geral, Élio Esteves Júnior, o presidente da COHAB, Diogo Soares; o secretário municipal de Habitação, Sidney Cruz; e o conselheiro da ENEL Brasil, Andrea Matarazzo.

17/07/2025 – Reunião com o Coordenador de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação do Município, Eric Rodrigues, acompanhado da Assessora Carla Clemente. Em pauta a apresentação de resultados obtidos atualmente pelo Programa Pode Entrar e de regularização fundiária para entrega de títulos de propriedade a moradores de imóveis em áreas ocupadas informalmente.

21/07/2025 – Recebeu a visita do Sr. Nazareno Antônio da Silva, conhecido como Buiú do Povo, Líder Comunitário e responsável por ações sociais em Heliópolis.

25/07/2025 – Encontro com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), conselheiro Fernando Pinheiro, que esteve no Tribunal para uma reunião com foco no diálogo entre os órgãos de controle externo e a importância do fortalecimento da atuação dos Tribunais na fiscalização de políticas públicas e na verificação dos gastos relacionados às mudanças climáticas. O vice-presidente do Tribunal, Conselheiro Ricardo Torres; o chefe de gabinete da Presidência, Rubens Chammas; o secretário-geral, Elio Esteves Jr; o secretário da Secretaria de

Controle Externo (SCE), Rafael Arantes; o assessor-chefe da Assessoria Jurídica, Sandro Mongelli; e a assessora de gabinete, Elcita Ravelli, acompanharam a reunião.

28/07/2025 – Recebeu a visita do Presidente em exercício da Companhia Metropolitana de Habitação da Cidade de São Paulo - COHAB, Francisco Sobrinho. O encontro reforçou a importância do avanço da regularização fundiária na capital paulista. Em especial, trataram da pauta da Habitação para a região de Heliópolis.

04/08/2025 – O Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, Totó Parente, esteve no tribunal para uma visita e para apresentar ao Conselheiro Presidente um projeto de Seminário voltado à discussão dos novos marcos regulatórios e das leis que regem a área da cultura na cidade. A Assessora de Gabinete, Elcita Ravelli, acompanhou o Presidente na reunião.

04/08/2025 - Recebeu em visita o Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana, Inspetor Jairo Chabaribery Filho. O Chefe de Gabinete da presidência, Rubens Chammas e o Secretário Geral, Élio Esteves Júnior, acompanharam.

06/08/2025 – Café da manhã em Comemoração ao Dia dos Pais.

06/08/2025 - O Tribunal de Contas do Município de São Paulo recebeu a revalidação do certificado ISO 9001, que normatiza o sistema de Gestão da Qualidade do órgão há 29 anos. Durante a reunião o Presidente enfatizou a necessidade de conscientizar e capacitar todos os servidores da Casa sobre governança, especialmente voltada à desburocratização de processos e ao uso otimizado de ferramentas tecnológicas, como a Inteligência Artificial. O relatório foi entregue ao auditor líder da Fundação Vanzolini, Renato Prado. Também participaram da reunião o Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas, os assessores dos Conselheiros Roberto Braguim, Carlos Macruz, e do Ricardo Torres, Glaucio Penna, a Chefe do Núcleo de Gestão e Governança, Carolina Malheiros, o Secretário de Controle Externo, Rafael Arantes, o Chefe do NTI, Ricardo Santos e demais servidores que participaram ativamente do trabalho de auditoria externa de qualidade.

11/08/2025 – Participou da Abertura Solene da XXII Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Na ocasião a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

(Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) homenagearam o Excelentíssimo senhor Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal pelos relevantes serviços prestados à consolidação das instituições democráticas, à defesa do Estado de Direito e ao fortalecimento do controle externo.

12/08/2025 – Evento de lançamento do novo Portal do Jurisdicionado - plataforma digital desenvolvida para aprimorar o relacionamento com todos os agentes públicos e privados sujeitos à fiscalização da Corte. A iniciativa visa tornar a comunicação mais rápida, transparente e eficiente, reforçando o compromisso do TCMSP com a modernização dos processos de controle externo. O público-alvo do portal inclui gestores públicos municipais, servidores da administração direta e indireta, além de pessoas físicas e jurídicas que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo para obras e prestação de serviços. Além do Conselheiro Presidente, compuseram a mesa, o Vice-Presidente Conselheiro Ricardo Torres; o Conselheiro João Antonio da Silva Filho; a Procuradora-Geral do Município, Luciana Nardi; o Controlador Geral do Município, Daniel Falcão; o Secretário-Geral, Elio Esteves Junior; o Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas; o Coordenador da Coordenadoria Processual do TCMSP, Ramon Ramos; a assessora da Coordenadoria Processual, Eliana Yamamoto; o Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação, Ricardo Santos; o Chefe da Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas do TCMSP, Adriano Santos; e o Procurador Chefe da Procuradoria do Município, Carlos José Galvão.

14/08/2025 – O Deputado Estadual Paulo Fiorilo (PT-SP) esteve no Tribunal para uma visita institucional ao Conselheiro Presidente e o apresentou com um exemplar do livro comemorativo “4 Décadas – Bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo”.

19/08/2025 – O Tribunal realizou o Seminário “Mudanças Climáticas e o Papel dos Tribunais de Contas”, em parceria com o **Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP)**. O encontro, apoiado pela **Atricon** e pelo **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, reuniu representantes do poder público, especialistas e acadêmicos para debater o papel das Cortes de Contas na fiscalização de políticas ambientais, em sintonia com a agenda da **COP-30**. Durante a abertura, o Conselheiro Presidente enfatizou a importância do evento e alertou para a gravidade da crise climática, que afeta sobretudo as populações vulneráveis.

21/08/2025 – O Tribunal realizou Mesa técnica referente à nova licitação do Túnel Sena Madureira. A reunião foi presidida pelo Vice-Presidente do TCMSP e relator da matéria, Conselheiro Ricardo Torres, e contou com a abertura conduzida pelo Presidente da Corte, Conselheiro Domingos Dissei. Estiveram presentes o Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), Marcos Monteiro; o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Rodrigo Ashiuchi; o Secretário Municipal de Habitação (SEHAB), Sidney Cruz; o Subprefeito da Vila Mariana, Rafael Minatogawa; e o Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Milton Persoli, entre outras autoridades. O Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Marcos Monteiro, iniciou a reunião apresentando os avanços do projeto do Túnel Sena Madureira, após decisão de nova licitação. O projeto atualizado prevê a melhoria da mobilidade urbana na região da Vila Mariana, especialmente no cruzamento da Rua Sena Madureira com a Avenida Domingos de Moraes, ponto crítico de congestionamento. A obra facilitará o acesso entre bairros como Ipiranga, Itaim, Morumbi e Saúde. A reunião teve como objetivo oferecer uma visão panorâmica do projeto, sob a ótica de diferentes secretarias e órgãos envolvidos. O encontro reforça o compromisso do TCMSP, assegurando que a execução da obra atenda ao interesse público, às normas técnicas e às diretrizes ambientais e sociais.

25/08/2025 – Recebeu o Presidente do Tribunal de Contas do Amapá, Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes. Os Conselheiros Roberto Braguim e João Antônio, participaram do encontro.

26/08/2025 – Reunião com as Vereadoras Dr^a Sandra Tadeu e Marina Bragante. O encontro teve como pauta principal a recém-criada Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal. No encontro, as parlamentares solicitaram ao TCMSP a formalização de um termo de cooperação, destacando a atuação estratégica do Tribunal na fiscalização de serviços públicos voltados às mulheres. O Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas, e a Assessora Élcita Ravelli, acompanharam.

27/08/2025 – O Diretor Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município - PRODAM, Francisco Forbes, compareceu à Sessão Plenária do Tribunal, a convite do Conselheiro Presidente, para apresentação sobre reestruturação da companhia e futuro da tecnologia na gestão municipal.

08/09/2025 – Recebeu o Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, Professor José Vicente. O Reitor entregou ao Conselheiro Presidente uma flâmula comemorativa pelos 20 anos da Universidade Zumbi dos Palmares, cujo lema é “Sem educação não há liberdade”. Também participaram do encontro o Chefe do Gabinete da Presidência, Rubens Chammas, e o Assessor de gabinete, Américo Calandriello Júnior.

09/09/2025 – O Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana – CGM, Inspetor Superintendente Jairo Chabaribery Filho, esteve no Tribunal de Contas para uma visita institucional. Na ocasião, entregou ao Presidente uma moeda comemorativa da GCM e um livro fotográfico que retrata a história da corporação e suas unidades operacionais.

10/09/2025 – Recebeu a visita da Secretária Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância Sanitária na Prefeitura de São Paulo, Dra Sandra Sabino. O Secretário Geral, Élio Esteves Júnior, acompanhou a visita.

17/09/2025 – O Presidente do Conselho Federal de Contabilidade - Aécio Prado Dantas Júnior, esteve no Tribunal para convidar o Conselheiro Presidente Domingos Dissei para a primeira Conferência Nacional de Contabilidade Pública (CNPC 2025) e para a 29ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convecon 2025). A CNCP 2025, que ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro, tem como tema central “Governança e transparência para uma gestão pública inovadora e sustentável”. O evento reunirá mais de dois mil profissionais da área contábil e da administração pública, com uma programação voltada ao fortalecimento da contabilidade como ferramenta estratégica para a boa governança. Já a Convecon 2025, que será realizada de 30 de setembro a 2 de outubro no Expo Center Norte, é considerada o maior evento contábil do Estado e contará com especialistas renomados, atividades de formação continuada e debates sobre inovação, tecnologia e ética na profissão. Além do Presidente, estiverem presentes o Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, José Donizete Valentina; o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC/SP), João Carlos Castilho Garcia; o conselheiro federal e auditor aposentado do TCMSP, Valmir Leôncio da Silva. O Chefe de gabinete da Presidência, Rubens Chammas e as assessoras de gabinete e contadoras, Marlene Domingos e Maria Cristina Martins, acompanharam o Conselheiro Presidente no encontro.

23/09/2025 – O Tribunal sediou o evento “Tecnologia BIM aplicada à gestão pública da cidade de São Paulo”, ocasião em que foram assinados novos Termos de Cooperação Técnica entre o TCMSP, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP) e o Instituto de Engenharia (IE). Além das assinaturas dos Termos, também ocorreu o lançamento do Curso BIM voltado a capacitação técnica de servidores públicos e uma mesa de debates com representantes dos principais órgãos envolvidos na implantação da metodologia BIM na cidade. A mesa de abertura do evento contou com a participação do Presidente do TCMSP, Domingos Dissei; do Supervisor da EGC do TCMSP e Vice-Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro João Antônio da Silva Filho; do Secretário da SIURB, Marcos Monteiro; da Vice-Presidente do CREA-SP, Marília Gregolin Costa de Castro; do Presidente do Instituto de Engenharia, José Eduardo Frascá Poyares; da Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Adriana Portugal; da Secretária do Tribunal de Contas da União em São Paulo (TCU-SP), Manuela de Andrade Faria - representando o Presidente do TCU, Vital do Rêgo; e da Auditora de Controle Externo do TCMSP, Neila Bolzan.

30/09/2025 - A Comissão BIM do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) realizou uma visita técnica ao laboratório BIM do Instituto de Engenharia (IE), denominado “Centro de Treinamento Sebastião Camargo”. O espaço foi oferecido pelo IE para sediar o curso sobre tecnologia BIM (Building Information Modeling), em complemento aos cursos promovidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP) em parceria com a Corte. O curso será estruturado com base em uma pesquisa aplicada aos servidores técnicos do TCMSP e da Prefeitura, com o objetivo de identificar os eixos mais relevantes para a formação de engenheiros, arquitetos e técnicos da administração pública. Segundo Poyares, o IE disponibilizou o laboratório após a assinatura de acordo com o TCMSP, visando a capacitação dos servidores para o uso da ferramenta. “Oferecemos nossa sala BIM para o treinamento dos engenheiros do Tribunal, para que essa tecnologia seja implementada em benefício da sociedade brasileira”, concluiu.

2. O TCMSP

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi criado pela Lei Municipal 7.213, de 20 de novembro de 1968. É um órgão público municipal, independente, autônomo, com orçamento próprio e corpo técnico qualificado. Tem a função de auxiliar a Câmara Municipal no controle externo da fiscalização orçamentária do município de São Paulo.

A missão dos Tribunais de Contas no Brasil e a extensão de suas competências estão definidas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. No caso do TCMSP, sua atuação está disciplinada na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e Lei Orgânica do TCMSP – Lei nº 9167/80, regulamentada pelo Regimento Interno.

Nesse sentido, o TCMSP é um legítimo instrumento para o efetivo exercício da cidadania, pois além de atuar por sua própria iniciativa, sem provocação, sua Lei Orgânica e seu Regimento Interno preveem mecanismos de participação da sociedade diretamente ou por seus representantes, como os institutos da Representação e da Denúncia.

Integrado por cinco Conselheiros, assim é composto o Colegiado do TCMSP:

- **Presidente --Domingos Dissei**
- **Vice-Presidente – Ricardo Torres**
- **Conselheiro - Corregedor – Roberto Braguim**
- **Conselheiro –João Antonio**
- **Conselheiro – Eduardo Tuma**

2.1. Competência

Cabe ao TCMSP a fiscalização da Administração pública municipal mediante o controle da legalidade das contratações públicas, auferir se os recursos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos estão sendo devidamente empregados pelos gestores públicos e avaliar a qualidade dos bens e serviços públicos que estão sendo prestados pelo poder público.

2.2. Jurisdição e Jurisdicionados

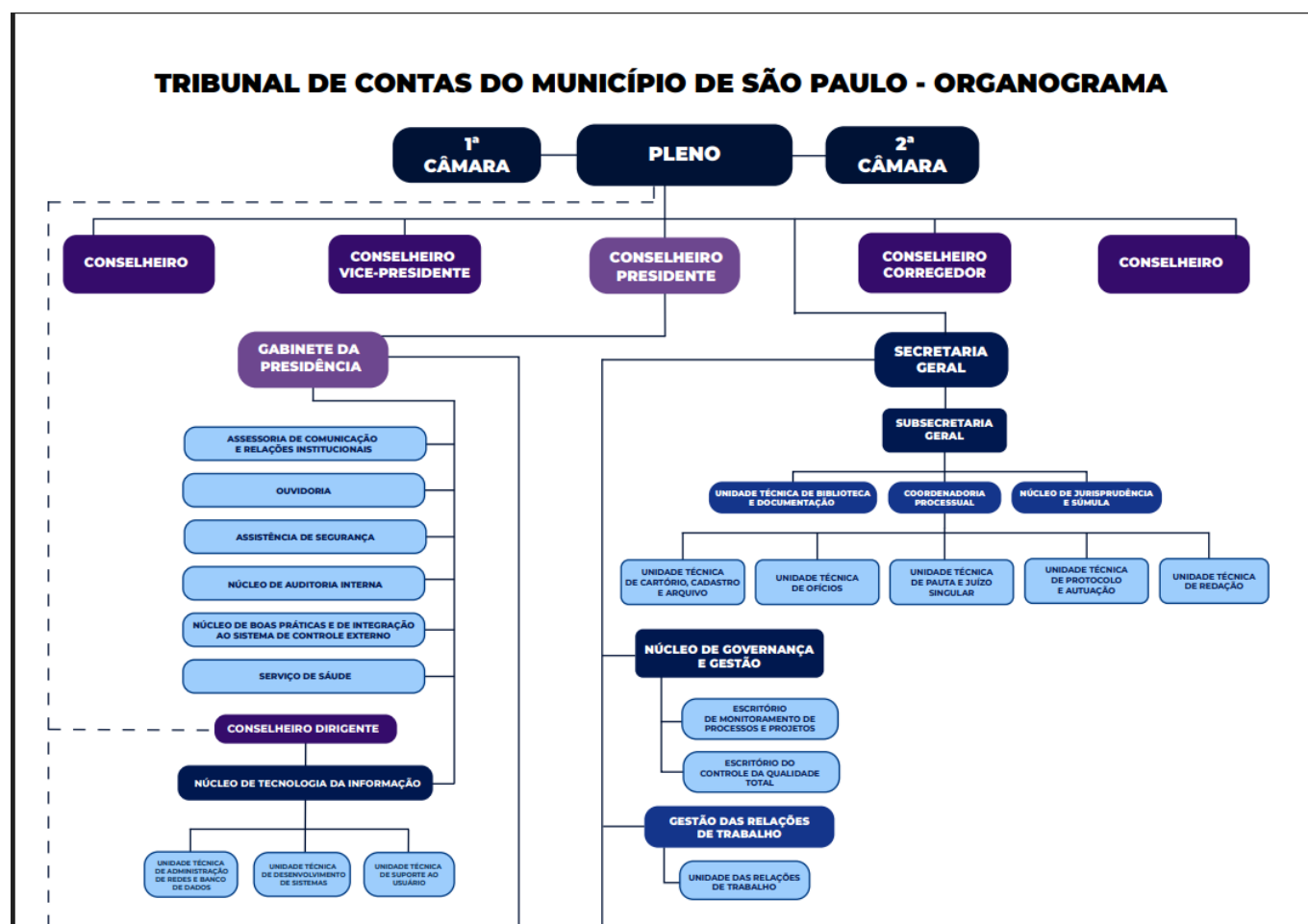
O TCMSP tem jurisdição sobre pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiro, valores e bens do Município ou pelos quais responda, bem como os administradores das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Município.

No **Anexo II** apresentamos os Órgãos jurisdicionados do TCMSP com a indicação do respectivo Conselheiro Relator.

2.3. Estrutura

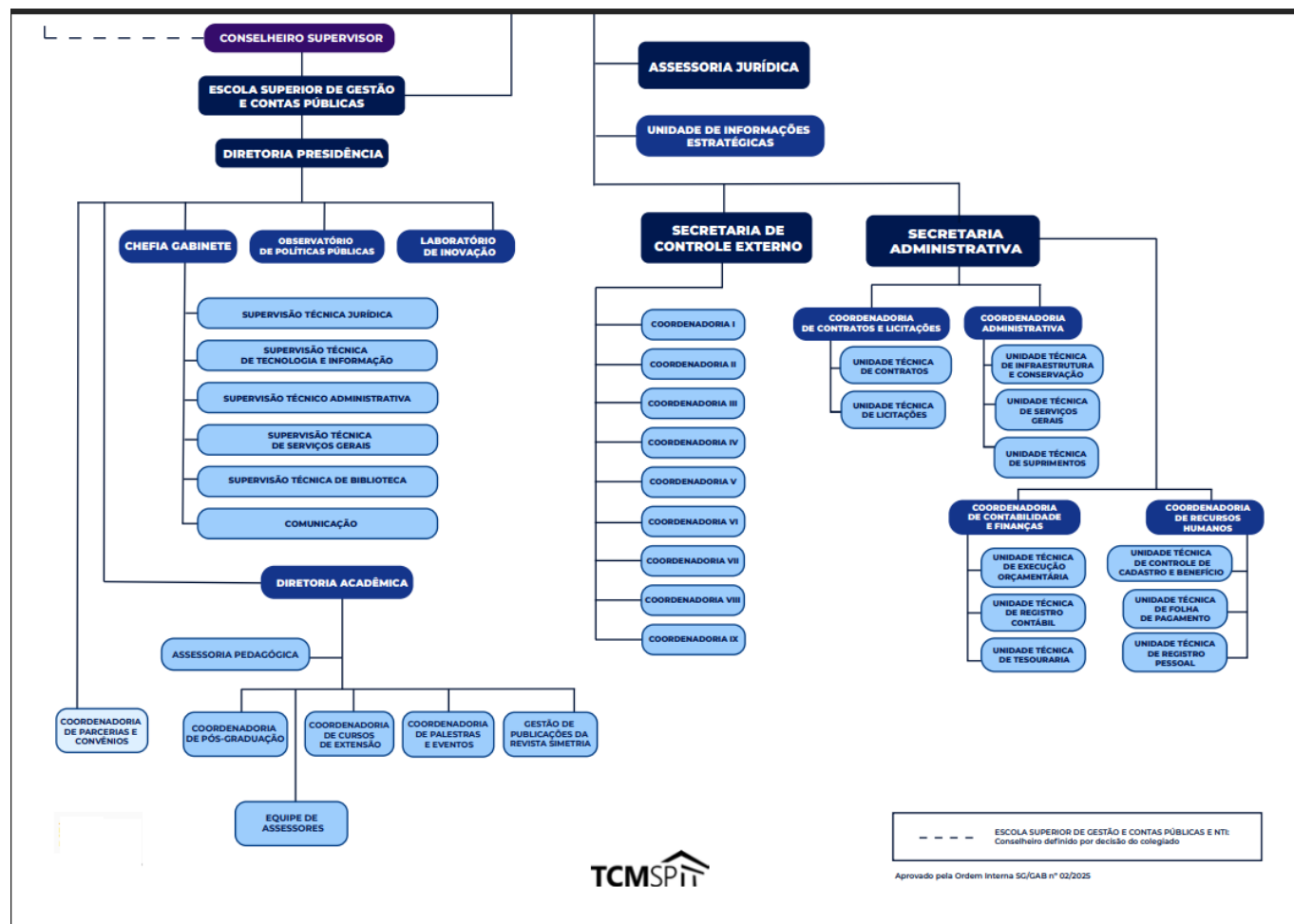
Com o objetivo de cumprir suas competências institucionais o TCMSP está assim organizado:

Parte 1



Continuação

Parte 2



3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico do TCMSP, período 2020-2024, foi sucedido pelo Plano Estratégico 2025-2029 (PE 2025-2029)¹. Esse novo ciclo foi elaborado com base na metodologia prevista no Manual de Gestão Estratégica da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) adaptada à realidade local; no diagnóstico organizacional e nos direcionamentos propostos pela Alta Administração do Tribunal.

Considerando que no PE 2025-2029 foram priorizados três grandes produtos com a finalidade de gerar impacto na sociedade por meio de uma gestão responsável e eficiente dos recursos públicos municipais, da melhoria da qualidade dos serviços públicos e da vida na cidade de São Paulo, foram feitas reuniões com os responsáveis pelas unidades do Tribunal para materialização dos projetos pertinentes a esses três grandes produtos ou eixos de trabalho, apresentados a seguir:

Produto 1: Maior efetividade nas decisões em processos de fiscalização de execução de contratos e instrumentos congêneres;

Produto 2: Maior celeridade na análise e julgamento dos processos de aposentadoria e pensão;

Produto 3: Aperfeiçoamento de rotinas processuais por meio da automatização.

No início de setembro ocorreu a reunião com os membros Comitê de Gestão Estratégica visando prestar contas sobre o andamento e a conclusão do Plano Estratégico 2020-2024; além de apresentar, apreciar e aprovar as sugestões de projetos para o Plano Estratégico 2025-2029 encaminhadas ao Núcleo de Governança e Gestão (NGG) pelas unidades do Tribunal.

Para o **Produto 1** foram apresentadas duas propostas: 1) “Grandes Contratações da PMSP” pelo Secretário da Secretaria e Controle Externo (SCE), Sr. Rafael Arantes e 2) “Procedimento Incidental de Cumprimento de Decisão Cautelar” pelo Sr. Eduardo Cersósimo, representante do Gabinete do Conselheiro Roberto Braguim.

¹ Disponível em:
https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?E29_r2rrwH7DFdiRCwXJ8x0MQMgmiYAem5xnWCJknJm8Qn_T_kUuHEz21IuJ5w5gz4DJVTrOFXyz8WDsHSmjTYrLDbj5UEMSLKpJb_2onM1slhTB-N7fuJYtloha2YS

Para o **Produto 2**, permaneceu o projeto: “Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensões” (decorrente do PE 20-24 e mantido no PE 25-29), com exposição feita pelo Secretário de SCE.

Para o **Produto 3** permaneceu o projeto “Portal do Jurisdicionado” (decorrente do PE 20-24 e mantido no PE 25-29), com exposição feita pelo Chefe da Coordenadoria Processual, Sr. Ramon Ramos, que também apresentou as propostas dos projetos “Pauta Eletrônica”, “Plenário Virtual” e “Automação em Rotinas da Coordenadoria Processual”.

Ao final das exposições, todos os projetos foram aprovados pelo CGE, sendo considerados estratégicos, com exceção do projeto “Automação em Rotinas da Coordenadoria Processual” que foi considerado setorial, pois possui alcance limitado e específico a uma unidade do Tribunal.

Assim, pode-se constatar que os projetos estratégicos e setoriais estão em andamento, com a participação ativa e imprescindível das unidades do TCMSP.

3.1. Monitoramento – 3º Trimestre 2025

Em 2025, com base na reavaliação dos projetos e das ações do Plano Estratégico 2020-2024, continuaram estratégicos e em desenvolvimento, os projetos: “Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão” e “Portal do Jurisdicionado”. Esses e os novos projetos estratégicos aprovados pelo Comitê de Gestão Estratégica: “Grandes Contratações da PMSP”, “Procedimento Incidentar de Cumprimento de Decisão Cautelar”, “Pauta Eletrônica” e “Plenário Virtual”, são monitorados mensalmente pelo NGG.

Os quatro projetos do Plano Estratégico 2020-2024 reclassificados para setorial, quais sejam: “Sistema de Auditoria”; “Sistema de Jurisprudência”; “Inventário de Dados Pessoais e Fluxo de Tratamento de Dados”; e “Política de Segurança da Informação”, bem como o projeto ora aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica “Automação em Rotinas da Coordenadoria Processual”, são monitorados pelo NGG trimestralmente.

É importante salientar que muitos projetos necessitam da atuação do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e que, em virtude das inúmeras demandas internas, foi estabelecida uma prioridade no atendimento dos referidos projetos.

4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

No decorrer do terceiro trimestre de 2025 foram realizadas diversas atividades de fiscalização em temas e objeto relevantes para a o Município de São Paulo, que apresentaremos nos itens a seguir.

4.1. Quantificação dos Benefícios das Ações de Controle Externo

A atuação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) gera benefícios que podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos. Conforme a metodologia do Manual de Quantificação de Benefícios (MQB) da Atricon², não existe uma hierarquia de importância entre esses tipos de benefícios. No entanto, quando um benefício pode ser enquadrado em ambas as categorias, prioriza-se a mensuração quantitativa. Entre os benefícios quantitativos, os financeiros são preferíveis, pois oferecem uma compreensão mais clara para a sociedade sobre os resultados do controle externo.

Os benefícios gerados pelo TCMSP são avaliados em diferentes etapas:

- Proposta de benefício potencial: identificado pela equipe de auditoria ao final da fiscalização.
- Benefício potencial: confirmado após o julgamento do processo de fiscalização pelo TCMSP.
- Benefício efetivo: concretizado após a implementação das medidas determinadas no julgamento pelo jurisdicionado, ou mesmo durante a execução da ação de controle.

Para fins de prestação de contas do PAF, os próximos subitens detalharão os **benefícios financeiros e não financeiros efetivos** apurados pelas equipes técnicas, bem como os **benefícios qualitativos** avaliados. Esta etapa de confirmação é importante para determinar o valor gerado pelo TCMSP através de sua atuação.

² Disponível em: https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/MQB_Manual.pdf

4.1.1. Benefícios quantitativos financeiros

Considerando essa metodologia, até o 3º trimestre de 2025 a SCE quantificou benefícios financeiros na ordem de **R\$ 2,6 bilhões**, referentes especialmente a Acompanhamentos de Editais e de Execução Contratual, Auditorias e Relatório Anual de Fiscalização. Do total quantificado, **R\$ 1,2 bilhão** se refere a **benefícios efetivos**, ou seja, os benefícios foram confirmados durante a ação de controle das equipes de auditoria.

O quadro a seguir apresenta os dados mais detalhados sobre os benefícios efetivos quantificados até o 3º trimestre de 2025:

Quadro 4.1– Quantificação de benefícios financeiros efetivos – janeiro a setembro de 2025

TC	Tipo de atividade	Objeto	Unidade jurisdicionada	Ação que originou o benefício	Valor do benefício financeiro
001056/2023	Acompanhamento de edital	Alienação de 03 imóveis municipais situados na Av. Professor Ascendino Reis, esquina com a Rua Borges Lagoa	Secretaria do Governo Municipal	Atualização dos valores finais dos 03 imóveis após a fiscalização, com acréscimo da ordem de 50% em relação ao laudo original. Fl. 38, peça 143, TC/001056/2023.	R\$ 136,6 milhões
015165/2023	Acompanhamento de edital	Contratação de empresa para prestação de serviços indivisíveis de Limpeza Pública do Município de São Paulo, que são compostos por Serviços Regulares, Não Regulares e outros serviços.	Secretaria Municipal das Subprefeituras	Republicação do edital com a tempestiva correção pela Origem, total ou parcial, de 11 apontamentos feitos pela Auditoria (peça 03: edital original, peça 154: edital republicado) em Relatório Conclusivo (peça 41), que somados totalizam o montante de R\$ 627 milhões (em 36 meses) de possíveis superfaturamentos ou prejuízos ao erário evitados.	R\$ 627 milhões
015479/2024	Acompanhamento de edital	Licitação nº 018/2023 – prestação de serviços especializados de assistência médica, hospitalar, cirúrgica, ambulatorial e obstétrica à saúde, atendimentos de urgência e emergência, exames complementares e serviços auxiliares e de apoio diagnóstico, conforme planos básicos e opcionais aos empregados e diretores da companhia de engenharia de tráfego ±CET/SP.	Companhia de Engenharia de Tráfego	Manifestação de 11.04.2025: redução de R\$ 161.524.606,32 quando comparado ao valor estimado inicialmente pela CET (peça 112, TC/015479/2024).	R\$ 162 milhões
024111/2024	Acompanhamento de edital	Registro de preços para a prestação de serviços de conservação e	Secretaria Municipal das Subprefeituras	Ajuste no Termo de Referência pela Origem em atendimento às recomendações da Auditoria (quadro 4, tabela 8 do	R\$ 112 milhões

TC	Tipo de atividade	Objeto	Unidade jurisdicionada	Ação que originou o benefício	Valor do benefício financeiro
		manutenção da malha viária		Termo de Referência, doc. SEI nº 116660488, fls. 38/40, processo SEI nº 6012.2024/0028075-3) em relação à necessidade de a SMSUB incluir todos os itens de serviço de natureza indireta no teto limitador remuneratório de 8% (peça 8, achado 03), a fim de evitar possível superfaturamento e prejuízo ao erário durante a execução do contrato.	
002264/2025	Acompanhamento de edital	Registro de preços para a prestação de serviços de conservação de áreas verdes e manejo arbóreo.	Secretaria Municipal das Subprefeituras	Relatório Conclusivo de 03.04.2025: após as alterações realizadas pela SMSUB no Edital para saneamento das irregularidades/inconformidades constatadas pela Auditoria no Relatório Preliminar, houve redução de R\$ 87.703.517,64 do valor inicialmente estimado pela Administração (fls. 5 e 10 da peça 45, TC/002264/2025).	R\$ 88 milhões
001077/2023	Auditoria programada	Programa de Recapeamento 2023	Secretaria Municipal das Subprefeituras	Achados 14 e 15, peça 83, TC/001077/2023. Houve a emissão de DAMSP's (Documentos de Arrecadação do Município de São Paulo) no valor de R\$ 96.389.934,95 para ressarcimento dos valores pagos irregularmente; no entanto, tais cobranças estão administrativamente suspensas, estando em análise as defesas apresentadas pelas empresas e as representações formuladas junto a este E. TCM – TCs 24098/2024, 24110/2024, 24109/2024, 24105/2024, 24106/2024, 24148/2024, 24142/2024.	R\$ 96 milhões
Total de benefícios quantitativos financeiros					R\$ 1.221,6 bilhão

Fonte: Planilha de Quantificação de Benefícios da SCE – Microsoft Teams – janeiro a setembro de 2025.

Os benefícios efetivos confirmados no período decorrem diretamente de atuações estratégicas conduzidas pelo Tribunal, que resultaram, em grande medida, na redução de preços máximos em licitações específicas e na correção de irregularidades identificadas em contratos e orçamentos públicos. Essas intervenções evidenciam a importância do controle preventivo exercido pelo Tribunal de Contas e demonstram o impacto positivo gerado para a Administração Pública municipal, tanto em termos de eficiência quanto de integridade na gestão dos recursos públicos.

4.1.2. Benefícios quantitativos não financeiros

Em complemento à quantificação dos benefícios financeiros, a atuação da SCE também gerou benefícios não financeiros relevantes no período. No período compreendido entre janeiro e setembro de 2025, foram mantidos os seguintes benefícios efetivos já comentados no relatório anterior da prestação de contas trimestral:

Quadro 4.2 – Quantificação de benefícios não financeiros efetivos – janeiro a setembro de 2025

TC	Tipo de atividade	Objeto	Unidade jurisdicionada	Ação que originou o benefício	Benefício apurado
010321/2021	Auditoria extraplano	Tabelas de Custos Unitários que são utilizadas como referência para a elaboração dos orçamentos de Obras e Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP e até de órgãos públicos externos ao Município, bem como para a elaboração dos Preços Extratabela - PETS	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	Atualização dos custos de composições auxiliares (peça 23, TC/010321/2021).	Média de redução de 1,26% nas CPUs atualizadas.
012928/2017	Auditoria	Tabelas de Custos Unitários da SIURB.	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	Atendimento das determinações exaradas no Acórdão (peça 29, TC/012928/2017), que orientam permanentemente a atuação da SIURB.	Redução do BDI de projetos de 37,80% para 33,20%

Fonte: Planilha de Quantificação de Benefícios da SCE – Microsoft Teams – janeiro a setembro de 2025.

Um dos resultados mais importantes foi a otimização das tabelas de custos unitários utilizadas como referência para orçamentos de obras e serviços da Prefeitura de São Paulo e de outros órgãos públicos. Isso se traduziu em uma redução média de 1,26% nas composições de preços unitários (CPUs) atualizadas. Em termos práticos, essa melhoria contribui diretamente para que as estimativas de custos em projetos públicos sejam mais eficientes e precisas, gerando um impacto positivo significativo para a Administração Pública e, consequentemente, para o cidadão.

Outro ponto crucial foi a redução do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de projetos, que diminuiu de 37,80% para 33,20%. Essa mudança significa que os valores contratados para projetos de diversas naturezas tiveram uma redução expressiva, otimizando o uso dos recursos públicos e impactando positivamente o orçamento municipal.

4.1.3. Benefícios qualitativos

No período compreendido entre janeiro e setembro de 2025, foram identificados benefícios qualitativos efetivos no âmbito do processo TC/001797/2025, referente à Auditoria de Conformidade sobre os sistemas da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), com foco na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Conforme detalhado no relatório, a atuação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) junto à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) gerou efeitos concretos durante a própria execução da auditoria, especialmente no aprimoramento dos controles internos. Destaca-se, ainda, a realização de curso voltado à temática da LGPD, promovido em parceria com a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC), como parte das ações de fortalecimento institucional e disseminação de boas práticas.

Em relação às demais propostas de benefícios qualitativos nas ações de controle externo, destacam-se as seguintes:

Quadro 4.3 – Propostas de benefícios qualitativos – janeiro a setembro de 2025

Proposta de benefício qualitativo	Quantidade de propostas
Adequação das demonstrações contábeis à estrutura de relatório financeiro aplicável	3
Aprimoramento da metodologia de estimativa de quantitativos a serem contratados	3
Aprimoramento da pesquisa de preços ou orçamento	1
Aprimoramento dos controles internos	1
Aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle	8
Aprimoramento na eficiência da utilização de recursos públicos	2
Aumento da efetividade dos instrumentos de planejamento	2
Correção de incompatibilidades entre o objeto em execução ou executado e o projeto ou termo de referência	3
Correção de irregularidades ou impropriedades do edital	8
Correção de vícios ou defeitos no objeto contratado	1
Fornecimento de subsídios para atuação da Origem	1
Impactos sociais positivos	2
Incremento da confiança dos cidadãos nas instituições	1
Melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental	3
Melhoria nos mecanismos de monitoramento de políticas públicas	2
Modificação de cláusulas que possam limitar ou restringir a participação no certame	3
Outros	2
Total	46

Fonte: Planilha de Quantificação de Benefícios da SCE – Microsoft Teams – janeiro a setembro de 2025.

A efetividade da atuação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) manifesta-se, sobretudo, na capacidade de gerar valor público por meio de ações estratégicas e preventivas. A quantificação dos benefícios decorrentes dessas ações — que incluem desde economias financeiras até ganhos em eficiência administrativa — permite evidenciar não apenas a relevância institucional do Tribunal, mas também seu compromisso com o fortalecimento da gestão pública.

Ao promover correções oportunas, antecipar riscos e propor melhorias nos processos administrativos, o TCMSP contribui diretamente para a construção de uma administração mais transparente, eficiente e responsável. Esse processo contínuo de fiscalização e aprimoramento dos controles, métodos e práticas impacta positivamente a vida do cidadão, consolidando a atuação do Tribunal como agente indutor da boa governança e da confiança nas instituições públicas.

Ressalta-se que a situação dos benefícios é objeto de acompanhamento e atualização periódica, considerando eventuais alterações de estado e valor, decorrentes de eventos subsequentes e/ou apreciação da matéria por esta Corte. As atualizações mensais sobre os benefícios mensurados estão disponíveis para consulta no link: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/4017/294420>.

4.2. Relatórios Anuais de Fiscalização e Análises de Funções de Governo Julgados

Foram identificados os seguintes julgamentos de Relatórios Anuais de Fiscalização e Análises de Funções de Governo realizados no 3º trimestre de 2025:

Sessão	Entidade	Exercício Referência	Conselheiro Relator	Conselheiro Revisor	Processo	Julgamento
12ª Sessão Extraordinária Não Presencial – SENP - 27.08.2025	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT)	2023	Ricardo Torres	Roberto Braga	TC/011168/2024	<p>Resumo da Deliberação – Função de Governo Transporte (2023):</p> <p>O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, por unanimidade, conheceu da Análise da Função de Governo Transporte para fins de registro.</p> <p>Fundamentação: Art. 11 da Resolução 16/2020.</p> <p>Motivo da aprovação: A análise atingiu integralmente os objetivos propostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar riscos; • Avaliar desempenho; • Estimular uso de indicadores; • Promover transparência; • Subsidiar recomendações.

Sessão	Entidade	Exercício Referência	Conselheiro Relator	Conselheiro Revisor	Processo	Julgamento
13ª Sessão Extraordinária Não Presencial – SENP - 28.08.2025	Serviço Funerário do Município de São Paulo (SF MSP)	2023	Roberto Braguim	Ricardo Torres	TC/012214/2024	<p>Resumo da Prestação de Contas – SF MSP / SEGES / SP Regula (2023):</p> <p>Contexto: Extinção do Serviço Funerário e transferência da gestão para concessionárias; SP Regula passou a fiscalizar. Autoridade Liquidante assumiu atos remanescentes a partir de 2024.</p> <p>Contas: Apresentadas tempestivamente.</p> <p>Orçamento: Redução de 74,2% em relação a 2022; receita arrecadada R\$ 40,6 mi (abaixo da previsão); despesa empenhada R\$ 98,4 mi → déficit orçamentário de R\$ 57,9 mi.</p> <p>Caixa: Déficit líquido de R\$ 8 mi; saldo final R\$ 42,8 mi, sustentado por repasses da PMSP.</p> <p>Contabilidade: Estrutura conforme MCASP, mas com inconsistências:</p> <p>Omissão de R\$ 1,9 mi em estoques (4.500 urnas); Superavaliação de precatórios (R\$ 9,5 mi); Classificação indevida de créditos (R\$ 30,3 mi).</p> <p>Deficiências: Notas explicativas pouco transparentes; ausência de inventário físico, depreciação e documentação dos bens; falta de relatório final da Comissão de Inventário e termos definitivos das concessionárias.</p> <p>Pendência: Determinação anterior sobre descarte de documentos.</p> <p>Conclusão: Contas regulares, com propostas de ciência e necessidade de maior transparência na liquidação da Autarquia.</p> <p>Votação: Unânime.</p>

Fonte: Portal do TCMSP. Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/>

4.3. Fiscalizações em Destaque

Durante o terceiro trimestre de 2025, as equipes de auditoria realizaram diversos trabalhos de destaque, abrangendo uma ampla gama de áreas e serviços públicos. Este capítulo apresenta uma seleção desses trabalhos para exemplificar a atuação das equipes de auditoria, ressaltando a importância e o impacto das fiscalizações na melhoria da gestão pública e na garantia da conformidade com as normas legais e contratuais.

É importante notar que as fiscalizações aqui mencionadas foram concluídas no período em análise, consumindo recursos (DUSFs) do PAF 2025, mesmo que algumas tenham sido iniciadas em períodos anteriores. Elas servem como representações significativas do compromisso contínuo com a transparência, eficiência e responsabilidade na administração dos recursos públicos.

4.3.1. Auditoria - Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei – TC/ 002112/2025 - SMS

O relatório preliminar de auditoria operacional teve como objeto a fiscalização dos procedimentos, controles e fluxos relacionados à disponibilização do serviço de interrupção de gravidez nos casos previstos em lei, nos hospitais públicos municipais de referência. O objetivo central foi verificar se o direito de acesso ao aborto legal está sendo efetivamente garantido às mulheres e meninas que demandam o procedimento, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, conforme previsto na legislação brasileira, que permite o aborto em três situações: risco à vida da gestante, gravidez resultante de violência sexual e casos de anencefalia fetal.

A auditoria constatou que, apesar da existência de hospitais municipais habilitados para o procedimento, persistem barreiras institucionais e operacionais que dificultam ou inviabilizam o acesso ao serviço. Entre os principais achados, destaca-se a suspensão do serviço de interrupção legal de gestação no Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, único da rede municipal que realizava assistolia fetal para gestações acima de 22 semanas. Essa suspensão não apresentou justificativa técnica adequada e resultou em restrição ao acesso ao procedimento para casos de gravidez avançada, obrigando pacientes a buscar atendimento em hospitais estaduais ou até mesmo em outros estados. Além disso, foi identificada ausência de protocolos padronizados e fluxos de atendimento claros em todos os hospitais de referência, gerando insegurança jurídica e operacional tanto para pacientes quanto para profissionais de saúde.

Outro ponto relevante foi a constatação de práticas que configuram violência obstétrica e institucional, como tentativas de persuasão para que pacientes desistam do procedimento, exigência indevida de assinatura de cônjuge, exigência de boletim de ocorrência para

sepultamento de fetos, e falta de privacidade e acolhimento adequado durante o atendimento. A auditoria também identificou insuficiência de equipes multidisciplinares e falta de médicos ginecologistas em todos os dias da semana, o que acarreta atrasos e pode levar mulheres a buscar alternativas clandestinas e inseguras. Observou-se ainda que a capacitação dos profissionais sobre o tema aborto legal é insuficiente, sendo oferecida de forma pontual e com baixa abrangência, o que compromete o atendimento humanizado e seguro.

4.3.2. Auditoria Extraplano - Controles de Governança que a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) exerce sobre o nível de maturidade e a aderência das Políticas de Segurança da Informação (PSI) e Políticas de Recuperação de Desastres (PRD) – TC/014884/2024 - SMIT

O objeto da auditoria foi avaliar os controles de governança exercidos pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) sobre o nível de maturidade e a aderência das Políticas de Segurança da Informação (PSI) e Políticas de Recuperação de Desastres (PRD) implementadas nos datacenters dos órgãos e entidades da Prefeitura de São Paulo. O objetivo principal foi identificar vulnerabilidades e lacunas nos controles internos, oferecendo recomendações para fortalecer a governança, garantir a continuidade e segurança dos serviços prestados pelos datacenters municipais, assegurar a proteção dos dados e a resiliência dos sistemas em caso de desastres.

A auditoria evidenciou um cenário preocupante, marcado por fragilidades significativas na governança da gestão de incidentes em diversas áreas da Administração Municipal. Constatou-se a ausência de diretrizes unificadas, lacunas estruturais e baixa articulação entre os órgãos responsáveis, comprometendo a eficácia das ações de prevenção, detecção e resposta a incidentes de segurança da informação. Embora tenham sido identificadas boas práticas pontuais, como na Secretaria da Fazenda, persiste a inexistência de uma política municipal consolidada, abrangente e aderente aos referenciais técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente. Destaca-se também a ausência de uma equipe formalmente instituída para resposta a incidentes (CSIRT), o que faz com que as respostas ocorram de forma reativa e não estruturada, sem processos definidos ou responsabilidades claras.

Entre os principais achados, estão: a inadequação do conjunto normativo sobre gestão de incidentes; inexistência de organização dedicada à gestão de incidentes de segurança cibernética; processos de tratamento de dados pessoais inadequados à LGPD; necessidade de melhoria na documentação de procedimentos técnicos de backup e restauração de dados; e inconsistências na aplicação de práticas de backup, recuperação e retenção. Essas fragilidades expõem o Município a riscos como resposta ineficiente a incidentes, risco elevado de exposição de dados sensíveis, falta de coordenação, inconsistência na comunicação, dificuldade de melhoria contínua, impactos financeiros, danos à reputação e interrupção de serviços essenciais.

Como propostas de encaminhamento, o relatório recomenda à SMIT: reavaliar todo o normativo de segurança da informação para propor uma política integrada e completa de gestão de incidentes; planejar e propor a criação de uma equipe de resposta a incidentes de segurança (CSIRT), formalmente integrada à Rede Nacional de CSIRTs; divulgar diretrizes claras sobre manejo, posse, categorização, retenção e descarte de dados, promovendo treinamentos regulares sobre LGPD; melhorar a documentação de procedimentos técnicos de backup e restauração, enfatizando revisões periódicas e capacitação técnica; realizar auditorias periódicas para avaliar a eficácia dos procedimentos de backup e incentivar a inclusão de cláusulas específicas sobre RPO, RTO e testes de recuperação em contratos; e solicitar à Controladoria Geral do Município a realização de auditorias de TI, participando das equipes com subsídios técnicos e critérios reconhecidos internacionalmente. Também recomenda dar ciência dos resultados à Secretaria do Governo Municipal, à Controladoria Geral do Município e à Secretaria da Fazenda, valorizando boas práticas e estimulando sua replicação.

4.3.3. Auditoria - Contratos de Gerenciamento – Obras e Serviços de Engenharia – TC/001096/2023 - SEHAB

O relatório de auditoria da SEHAB identificou que os contratos de regularização fundiária e de gerenciamento de obras apresentam baixa efetividade e distorções relevantes na execução e remuneração. A maioria dos produtos essenciais para a regularização fundiária teve execução abaixo do previsto, com apenas 1% das famílias beneficiadas ao final do prazo inicial, enquanto produtos que remuneram disponibilidade de mão de obra, sem vínculo direto com núcleos habitacionais, consumiram grande parte dos recursos. Além disso, a remuneração das empresas

contratadas não está vinculada ao resultado, permitindo receitas contínuas sem garantir a titulação dos imóveis aos beneficiários.

No gerenciamento de obras, o relatório aponta percentuais de gastos acima do padrão em alguns setores, especialmente no setor 2, e destaca o uso de profissionais altamente qualificados em atividades que não exigem esse nível de especialização, gerando desperdício de recursos. Também foram observadas práticas como medição fracionada indevida e duplicidade de remuneração em relatórios gerenciais, que consolidam informações já presentes em outros documentos.

Como encaminhamentos, recomendou-se à SEHAB priorizar ações que acelerem a concessão de titularidade, revisar critérios de medição e composição das equipes técnicas, evitar prorrogações de contratos nos moldes atuais e consolidar informações sobre regularização fundiária de forma mais transparente e eficiente. Não foram encontradas evidências de irregularidades graves nos sistemas de TI ou nos cargos analisados.

4.3.4. Acompanhamento de Edital – Acompanhamento de Edital Concorrência N° 01/2025/SGM-SEDP - Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para a implantação, manutenção, zeladoria e ativação sociocultural da Esplanada Liberdade – TC/009645/2025 – SMSUB

O relatório preliminar de Acompanhamento do Edital da Concorrência nº 01/2025/SGM-SEDP, referente à Parceria Público-Privada (PPP) para implantação, manutenção, zeladoria e ativação sociocultural da Esplanada Liberdade, com valor estimado de mais de R\$ 1 bilhão e prazo de 30 anos teve como objetivo verificar a regularidade do edital quanto à legalidade, formalidade e mérito, analisando aspectos jurídicos, técnicos, econômicos e fiscais do projeto.

A auditoria identificou diversas irregularidades e impropriedades que comprometem a viabilidade e a legalidade do certame. Entre os principais achados estão: ausência de demonstração clara da autorização legal específica para a concessão, insuficiências e falhas formais na documentação técnica e jurídica, critérios de habilitação econômico-financeira e técnica inadequados ou sem respaldo legal, e fragilidades na modelagem econômico-financeira, com distorções no cálculo do *Value for Money* (VfM) e superestimação de custos e receitas. Também

foram apontados riscos elevados para o poder público devido à alocação de riscos excessivos à concedente, ausência de estudos técnicos essenciais (como viabilidade estrutural e impacto de vizinhança), sobreposição de encargos com outros contratos municipais, e mecanismos de pagamento e penalidades que podem gerar incentivos perversos e insegurança jurídica.

Diante dessas constatações, o relatório concluiu que o edital, na forma apresentada, não reunia condições de prosseguimento, recomendando a adoção de medidas corretivas para sanar as irregularidades e impropriedades apontadas, inclusive a possibilidade de providências cautelares antes da abertura da licitação. O documento enfatizou a necessidade de revisão profunda do projeto e do edital para garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade e a proteção do interesse público na contratação pretendida.

4.3.5. Acompanhamento de Edital – 006/2025 – Prestação de Serviços de Manutenção do Pavimento, Guias, Sarjetas, Bocas de Lobo e demais Serviços Complementares dos Viários de Interesse do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros

O relatório preliminar sobre o edital SPTrans 006/2025 apontou graves problemas na contratação de serviços de manutenção viária para o transporte coletivo público de São Paulo, cujo valor estimado é de R\$ 366 milhões. Foram identificados sobrepreços significativos, tanto nos serviços de tapa-buracos quanto na composição dos insumos, além de falhas no planejamento e na estimativa das quantidades, o que pode gerar prejuízos milionários ao erário. Também há ausência de mecanismos de controle e coordenação entre órgãos, o que favorece obras em duplicidade e intervenções em vias já cobertas por garantia.

Além disso, o edital apresenta exigências restritivas de qualificação técnica, limita a competitividade e não prevê cláusulas essenciais, como reequilíbrio econômico-financeiro diante da variação dos preços dos insumos de petróleo, fracionamento do objeto para ampliar a participação de empresas, e controles específicos para serviços não incorporados fisicamente à obra. Essas omissões aumentam o risco de superfaturamento, dificultam a fiscalização e comprometem a eficiência e a economicidade da contratação.

Diante desses achados, o relatório concluiu que o edital, como estava, não reunia condições de prosseguimento, recomendando revisão profunda dos pontos destacados antes da continuidade do processo licitatório.

4.3.6. Acompanhamento de Execução do Contrato de Gestão nº 007/2015 - STS Lapa/Pinheiros (Distritos Administrativos Perdizes, Lapa, Vila Leopoldina, Jaguaré, Jaguará) – TC/002113/2025 – SMS

O relatório preliminar trata da fiscalização do Contrato de Gestão nº R007/2015-SMS.G/CPCS, firmado entre a Secretaria Municipal da Saúde e a Associação Saúde da Família (ASF), responsável pela gestão de 23 unidades de saúde nos distritos Perdizes, Lapa, Vila Leopoldina, Jaguaré e Jaguará. O objetivo do acompanhamento foi verificar a conformidade da execução contratual com o Plano de Trabalho e a regularidade da prestação de contas, considerando o relevante volume de recursos públicos envolvidos e a importância estratégica do contrato para a rede municipal de saúde.

Durante o trabalho, foram identificadas diversas fragilidades, como ausência de comprovação da especialidade médica em plantões, falta de certificados de segurança contra incêndio e acessibilidade em unidades, descumprimento do quadro mínimo de pessoal, ausência de controle sobre a contratação de mulheres vítimas de violência, inexistência de metas específicas para atendimento a pessoas em situação de rua com dependência química e alterações contratuais com efeitos retroativos. Também foram constatadas falhas na integração e alimentação do sistema SICAP, omissão da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização na análise dos relatórios, metodologia de avaliação que mascara discrepâncias entre unidades, reincidência no não cumprimento de indicadores assistenciais e inconsistências nos registros e pagamentos de rescisões trabalhistas e uso de saldos de investimento.

Diante dessas deficiências, o relatório propôs determinações e recomendações à Secretaria Municipal da Saúde e à ASF, visando à regularização documental, aprimoramento dos controles internos, correção de práticas administrativas e maior efetividade no monitoramento da execução contratual, para garantir o cumprimento das normas legais e o aperfeiçoamento da gestão do contrato.

4.3.7. Inspeção - Incomodidades relativas à realização de eventos no Vale do Anhangabaú, no âmbito do Contrato de Concessão nº 18/SUB-SE/2021 – TC/008005/2025 - SMSUB

O relatório de inspeção trata da fiscalização dos eventos realizados no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no âmbito do Contrato de Concessão nº 18/SUB-SE/2021. O objetivo foi verificar se esses eventos estavam em conformidade quanto à emissão de ruídos, sons e luzes, além de analisar possíveis problemas para a circulação de pedestres e moradores durante a montagem e desmontagem das estruturas. A inspeção foi motivada por notícias veiculadas na imprensa sobre poluição sonora, projeção de luz em edifícios e dificuldades de circulação de pessoas na região.

A equipe de auditoria acompanhou o Festival Castro, realizado em junho de 2025, que ocupou uma área de 29.000 m² e reuniu cerca de 15.000 pessoas, e realizou medições de ruído e observações sobre a montagem e desmontagem das estruturas. Não foram encontradas irregularidades quanto à emissão de ruídos, pois eventos autorizados pela Prefeitura não estão sujeitos aos limites da legislação municipal, conforme alteração promovida pela Lei Municipal nº 18.209/2024. Porém, o relatório apontou que eventos menores, sem autorização prévia, não têm sido fiscalizados adequadamente quanto ao respeito aos limites de ruído.

Em relação à emissão de luzes, não foram identificados incômodos significativos, mas faltam comprovações da eficácia das medidas adotadas para evitar transtornos e não há fiscalização ativa das projeções luminosas. Sobre a circulação de pedestres, a inspeção constatou que, apesar do desconforto causado pela ocupação da área, as restrições não impediram totalmente o trânsito de pessoas.

O relatório também destacou que as reclamações dos munícipes não foram devidamente apresentadas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras, faltando dados de canais oficiais. Em conclusão, o relatório apontou que os eventos de grande porte têm sido conduzidos conforme as diretrizes contratuais e legais, especialmente quanto à circulação de pedestres, emissão de ruídos e projeção de luzes. No entanto, foram identificadas fragilidades, como a ausência de fiscalização em eventos menores sem autorização prévia e a falta de comprovação da eficácia das medidas para mitigar impactos luminosos. Recomenda-se aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento para minimizar os impactos à população.

5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

O Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJURIS) desempenha papel fundamental na organização, sistematização e disseminação das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Suas atividades são estruturantes para a consolidação da jurisprudência institucional, o fortalecimento da transparência e a ampliação do acesso à informação, contribuindo significativamente para a segurança jurídica e o aprimoramento das práticas de controle externo.

Entre suas principais atribuições, destaca-se a elaboração de todas as ementas das decisões colegiadas (Câmaras e Pleno), com base nos votos e acórdãos proferidos. Essa atividade assegura a síntese qualificada dos julgados, viabilizando a consulta rápida, objetiva e técnica dos principais entendimentos da Corte.

Além disso, o NJURIS é responsável por:

- Cadastro e inserção das decisões no banco de dados institucional;
- Consolidação de arquivos contendo a ementa, acórdão, relatório e voto, promovendo a integridade documental das decisões;
- Produção dos Boletins de Jurisprudência, instrumento que sistematiza e divulga decisões de interesse técnico e institucional;
- Disponibilização do acervo jurisprudencial no portal eletrônico do TCMSP, por meio de ferramenta de busca que permite a recuperação da informação;
- Realização de pesquisas por demanda, voltadas a subsidiar análises técnicas, elaboração de pareceres e fundamentações;
- Desenvolvimento de estudos voltados à identificação de entendimentos consolidados, aptos a embasar a proposição de enunciados de súmula.

Com o objetivo de atender às diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico do TCMSP — que valoriza a inovação, a organização da informação e a modernização dos instrumentos de gestão,

o NJURIS vem conduzindo projetos estruturantes que reforçam seu papel técnico e estratégico. No terceiro trimestre de 2025 (julho a setembro), destacam-se os seguintes avanços:

O projeto do Sistema de Jurisprudência, anteriormente em desenvolvimento sob a denominação interna Atena Juris, teve seus requisitos inicialmente levantados a partir das necessidades identificadas pelo NJURIS, bem como com base em funcionalidades pesquisadas, estudadas e posteriormente debatidas com Tribunais de Contas reconhecidos por adotarem as melhores práticas. Foram realizadas reuniões técnicas com diversas Cortes, com o objetivo de conhecer suas soluções voltadas à pesquisa jurisprudencial. O desenvolvimento do referido sistema foi interrompido em razão da priorização de outros projetos considerados, à época, de maior relevância institucional.

O novo Sistema de Jurisprudência, agora, sob a responsabilidade da empresa Memora Processos Inovadores, teve início formal com a reunião de *onboarding*, realizada em 15 de agosto de 2025.

Ao longo do desenvolvimento do novo Sistema de Jurisprudência, diversas reuniões foram realizadas entre a equipe do NJURIS e a empresa contratada, com o objetivo de levantar, alinhar e refinar os requisitos do projeto. Inicialmente, promoveu-se a apresentação das equipes e das diretrizes gerais do plano de negócios, seguida por encontros destinados ao mapeamento das funcionalidades desejadas e à compreensão das necessidades específicas do sistema. Na sequência, foram aprofundadas discussões técnicas sobre a estrutura da tela de cadastro, com destaque para a definição e validação dos dados a serem contemplados, como tipo de processo, resultado, referência legal e precedentes. Também foram debatidas as contribuições provenientes dos protótipos apresentados pela equipe da Memora, resultando no refinamento progressivo da interface e das funcionalidades. Ao final desse ciclo, houve a apresentação da construção preliminar da tela de cadastro, consolidando os avanços obtidos até então.

Os resultados consolidados das atividades do terceiro trimestre de 2025 são apresentados no quadro a seguir, permitindo a análise quantitativa da produção do Núcleo.

Quadro 5.1 – Dados consolidados (3º trimestre 2025).

JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS				
PERÍODO	Jul.	Ago.	Set.	3º Trim.
JURISPRUDÊNCIA				
Decisões colegiadas proferidas	79	79	73	231
Ementas elaboradas	88	78	117	283
Decisões cadastradas no banco de dados (e-TCM)	88	5	117	210
Arquivos consolidados (ementa, acórdão, relatório e voto)	58	124	67	249
Enunciados para os boletins de jurisprudência	5	6	4	15
JURISPRUDÊNCIA (Diversos)				
Construção da pauta para acompanhamento da sessão (pré-ementas)	114	120	104	338
Ementas prévias a partir das notas taq. ou relatórios e votos das SONPs	88	78	77	243
Ementas e documentos referente aos Referendos	4	7	5	16
Pesquisas efetuadas	2	2	2	6
TOTAL DE AÇÕES	526	499	566	1591

Fonte: Núcleo de Jurisprudência e Súmula

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

6.1. Ouvidoria

As atividades espelhadas neste relatório contemplam dados estatísticos do Sistema Ouvidoria, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), as quais estão em conformidade com o estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica nº 47/2024 celebrado entre a União, por meio da Controladoria Geral da União - CGU, e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON.

6.1.1. Manifestações

Os prazos para atendimento às manifestações estão em conformidade com o estabelecido na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 e com o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – Lei nº 13.460/2017.

6.1.2. Índices de satisfação

- Índice de Satisfação dos Usuários com o atendimento da Ouvidoria;
- Índice de Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas obtidas;
- Índice de Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta da manifestação.

6.1.3. Canais de recebimento de manifestações

O atendimento prestado pela Ouvidoria inicia-se no recebimento das manifestações através do Portal da Ouvidoria na página do TCMSP, presencialmente, por e-mail, por telefone ou por meio de carta.

Dos canais de recebimento de manifestações 40 (quarenta) foram recebidas por e-mail, e 71 (setenta e um) pelo link da página do TCMSP e 01 (um) pelo correio.

6.1.4. Classificação das manifestações

- Pedidos de Informação baseados na LAI;

- Manifestações próprias de Ouvidoria classificadas como: Denúncia, Reclamação, Solicitação, Consulta, Sugestão, Elogio e o Simplifique.

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2025 foram analisadas 112 (cento e doze) manifestações, sendo 05 (cinco) relacionadas às Ouvidorias de Órgãos Federais, Estaduais ou de outros Municípios, estando, portanto, fora das atribuições constitucionais desta Corte de Contas, contudo todas foram tratadas e encaminhadas às respectivas Ouvidorias competentes e 107 (cento e sete) de competência do TCMSP, conforme segue:

Número de Manifestações por tipo

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDO DE INFORMAÇÃO - LAI	06
CONSULTA	01
DENÚNCIA	47
RECLAMAÇÃO	07
SOLICITAÇÃO	44
SIMPLIFIQUE	01
SUGESTÃO	01

Fonte: Sistema Ouvidoria

a) Dos 06 (seis) Pedidos de Acesso à Informação amparados pela LAI, 04 (quatro) foram atendidos e 02 (dois) encontram-se em análise dentro do prazo;

b) Das 101(cento e um) manifestações próprias de Ouvidoria, baseadas no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, 97 (noventa e sete) foram concluídas e 04 (quatro) estão em análise;

c) Todas as manifestações foram tratadas por meio do Sistema Ouvidoria do TCMSP.

6.1.5. Pesquisa de Satisfação

Do total, 06 (seis) manifestantes responderam à pesquisa de satisfação e obtivemos o seguinte resultado:

Índice de Satisfação dos Usuários com o atendimento da Ouvidoria;

ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Muito satisfeito	03
Satisfeito	01
Regular	01
Muito insatisfeito	01

Fonte: Sistema Ouvidoria

Índice de Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas;

QUALIDADE	QUANTIDADE
Ótimo	02
Bom	02
Ruim	02

Fonte: Sistema Ouvidoria

Índice de Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta da Ouvidoria;

PRAZO	QUANTIDADE
Antes do tempo	03
Tempo esperado	01
Demorou muito	02

Fonte: Sistema Ouvidoria

6.2. Câmara Municipal de São Paulo

No 3º trimestre de 2025, foram autuados **15 processos** relativos a representações e denúncias dos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo:

- Vereadora Amanda Marques Paschoal

TC/011646/2025	Representação, em face aos atrasos nos repasses financeiros, a pelo menos dez Centros de Defesa e Convivência da Mulher, geridos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
----------------	--

- Vereador Antonio Biagio Vespoli

TC/010772/2025	Representação em face da supressão de orçamento do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo, em decorrência do Decreto nº 64.465 de 06 de agosto de 2025
TC/012164/2025	Representação em face de eventuais irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 - Estatuto do Idoso Lei Federal nº 10741/2003
TC/012362/2025	Representação em face de eventuais irregularidades nos repasses da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS às organizações da sociedade civil parceiras na execução dos serviços da política de assistência social - (art. 203 da CF/88 e Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993)

- Vereador Celso Luís Giannazi, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputada Federal Luciene Cavalcante

TC/009965/2025	Representação em face de suposta má gestão na execução do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa terceirizada SEPAT Multi Service Ltda., com ausência sistemática de profissionais da cozinha e distribuição de alimentos vencidos
TC/012620/2025	Representação em face da redução do empenho destinado à ação "Manutenção e Operação de Áreas Verdes e Vegetação Arbórea", concomitante às suplementações orçamentárias destinadas ao Autódromo de Interlagos, resultando em possível má gestão orçamentária, malversação de recursos públicos e danos ao erário

- Vereador Hélio Rodrigues de Andrade

TC/008877/2025	Representação em face de supostas irregularidades na condução do programa de formação continuada "Aprimorando Saberes Diretores de Escola", vinculado ao programa "Juntos pela Aprendizagem", decorrente da Convocação SME 5/2025, que determinou o afastamento de Diretores de Escolas Municipais
TC/009578/2025	Representação em face do Contrato 307/2025, proveniente do Pregão Eletrônico 90188/HSPM/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços hospitalares destinados a atender a demanda de pacientes na área de obstetrícia às servidoras usuárias dos serviços de assistência médico hospitalar matriculadas no Hospital do Servidor Público Municipal
TC/009872/2025	Representação em face de possível má gestão do Contrato de Concessão entre o Consórcio Cortel - responsável pelo Cemitério São Paulo, localizado no bairro da Vila Alpina - e o Município de São Paulo

- Vereadora Luana dos Santos Alves Silva, Deputada Estadual Monica Cristina Seixas Bonfim e Deputada Federal Sâmia de Souza Bonfim

TC/009007/2025	Representação em face da adoção da modalidade Pregão Eletrônico na contratação do Hospital Saint Patrick para os serviços de maternidade e obstetrícia, atualmente realizados no HSPM
----------------	---

- Vereadora Luana dos Santos Alves Silva

TC/009858/2025	Denúncia sobre possíveis irregularidades observadas nos contratos firmados entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS)
TC/010977/2025	Representação em face do Decreto 64.465, de 06 de agosto de 2025, que remanejou os recursos do Programa Municipal de Fomento ao Teatro, inviabilizando sua execução integral no exercício de 2025
TC/012623/2025	Representação em face de supostas irregularidades em diversas contratações com determinados artistas em curto período de tempo realizadas pela SMC

- Vereadora Luna Zarattini Brandão

TC/011292/2025	Representação em face do Termo Aditivo 63/2024, do Contrato de Gestão R026/2021, cujo objeto é a locação de imóvel localizado na Rua Direita, no bairro da Sé, firmado com a Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE, com a finalidade de atender a Unidade Básica de Saúde (UBS) República
TC/012829/2025	Representação em face de supostas irregularidades na aplicação do parâmetro urbanístico "Fachada Ativa" em construções, em desacordo com os incentivos à construção civil previstos no Plano Diretor Estratégico nessa seara, sem contrapartidas previstas, como a destinação do pavimento térreo para uso não residencial e aberto à população

6.3. Outras Entidades

No 3º trimestre de 2025, não foi autuado processo relativo a demandas de entidades externas.

6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados

6.4.1. Parcerias

Foi firmado, em 29/07/2025, um Acordo de Cooperação Técnica entre a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), com vigência de 5 anos. O Acordo de Cooperação Técnica JUCESP nº 001/2025 tem por objeto a disponibilização de acesso ao banco de dados do cadastro estadual de empresas mantido pela JUCESP e o intercâmbio de informações, visando aprofundar a fiscalização dos procedimentos licitatórios e das contratações no âmbito de atuação do TCMSP. Processo nº TC/000688/2024.

6.4.2. Convênios

Não houve novos convênios firmados no 3º trimestre de 2025.

6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)

O TCMSP prossegue em seu objetivo de fornecer informações sobre a execução orçamentária do Município de São Paulo, mediante o desenvolvimento e aprimoramento do Portal IRIS, cujo objetivo é a divulgação para a população de Informações de Relevante Interesse Social, relacionadas às receitas e despesas do Município e o acompanhamento da execução do orçamento municipal e as contratações e licitações realizadas.

As informações são oferecidas de duas formas: para aqueles que não dispõem de tempo ou de conhecimento aprofundado, o IRIS apresenta diversos painéis que trazem a informação já pronta, de forma gráfica, sem a necessidade de qualquer pesquisa ou conhecimento sobre questões orçamentárias. Assim são gerados painéis sobre a receita e a despesa municipais, com destaque para os gastos com atividades de zeladoria, como pavimentação e varrição, que são assuntos do dia a dia da cidade. Além disso, são apresentados dados sobre licitações e contratos públicos.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

7.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira abrange as entidades Tribunal de Contas do Município de São (TCMSP) e o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), evidenciados de forma consolidada.

7.1.1. Receitas

O TCMSP não arrecada receitas, recebendo, mensalmente, os duodécimos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De outro lado, consoante dispõe o Art. 3º da Lei Municipal n.º 15.025/2009, o FEDTCMSP possui receitas próprias. No final do terceiro trimestre do exercício financeiro de 2025, o Fundo arrecadou 105,78% (R\$ 6.955.918,51) da receita total estimada (R\$ 6.576.000,00), conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 7.1 – Receitas Orçamentárias Consolidadas

Rubricas	Receita Prevista (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%
1 Receitas Correntes	6.570.000,00	6.902.618,51	105,06
1.1 Receitas Patrimoniais	6.268.200,00	6.600.611,34	105,30
Permissões de Uso	840.000,00	619.466,84	73,75
Fundos de Investimentos	3.738.000,00	3.814.495,43	102,05
Aplicações em CDB	1.690.200,00	2.166.649,07	128,19
1.2 Receitas de Serviços	294.000,00	262.243,21	89,23
Fotocópias	3.000,00	0,00	-
Consignações	288.000,00	260.243,21	90,36
Outros Serviços Administrativos	3.000,00	2.089,40	69,65
1.3 Outras Receitas Correntes	7.800,00	39.674,56	508,65
Multas e Juros - Contratos	3.000,00	37.769,49	1.258,98
Restituições de Despesas	1.800,00	0,00	-
Demais Receitas Correntes	3.000,00	1.905,07	63,50
2 Receitas de Capital	6.000,00	53.300,00	888,33
Alienação de Bens e Materiais	6.000,00	53.300,00	888,33
3 Receita Total	6.576.000,00	6.955.918,51	105,78

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.2. Despesas

No final do terceiro trimestre do exercício financeiro de 2025, as despesas executadas corresponderam 60,82% (R\$ 352.253.741) do total do orçado (R\$ 579.221.360,00), com destaque para as despesas com pessoal, devido ao uso intensivo da força de trabalho para o cumprimento da missão desta E. Corte de Contas.

Quadro 7.2 – Despesas Orçamentárias Consolidadas

Grupos de Despesas	Orçamento Atualizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal	432.829.360,00	261.456.232,00	60,41
Auxílios	81.470.000,00	58.839.314,00	72,22
Consumo	1.226.950,00	781.992,00	63,73
Serviços	43.535.500,00	23.629.460,00	54,28
Imobilização	18.771.500,00	7.030.132,00	37,45
Outras	1.388.050,00	516.611,00	37,22
Total	579.221.360,00	352.253.741,00	60,82

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

As despesas do TCMSP compõem o orçamento do Poder Legislativo. No orçamento de 2025, a participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município de São Paulo totaliza 0,46%.

Quadro 7.3 – Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

Exercício	Dotação Inicial do Orçamento Municipal (R\$)	Dotação Inicial do Orçamento Consolidado do TCMSP (R\$)	%
2025	125.654.200.594,00	579.221.360,00	0,46

Fonte: Lei Municipal n.º 18.220/2024 (LOA 2025)

7.2. Gestão de Pessoas

7.2.1. Introdução

A área de gestão de pessoas do TCMSP é dirigida pela Gestão das Relações do Trabalho – GRT, fundamentada pela Lei nº 14.706 de 28 de fevereiro de 2008, a qual fica acrescida ao art.

6º da Lei 13.877 de 23 de julho de 2004, no inciso V- Gestão das Relações do Trabalho, art. 14, assim como pela Ordem Interna SG/GAB nº 08/2018.

O organograma que representa à GRT no TCMSP:



Os principais processos de trabalho da GRT atualmente são:

- Diagnóstico organizacional por meio da pesquisa do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento – LND;
- Desenvolvimento pessoal e profissional de servidores e gestores (consultorias/mentorias/monitoramento de cargos de gestão/atendimentos em geral),
- Capacitações técnicas e comportamentais (cursos abertos);
- Trilhas de Capacitação – organização e desenvolvimento de Trilhas técnicas e comportamentais;
- Programa Ecos do Comportamento: webinars realizadas pela GRT com especialistas convidados em temas relacionados à gestão de pessoas, para possibilitar aos gestores e membros da equipe do tribunal, de outros órgãos públicos e da sociedade em geral, o autoconhecimento, assim como o desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais.

- Processo seletivo interno (Novos servidores e gestores) e movimentação interna de pessoal (realocação de servidores);
- Banco de talentos;
- Teletrabalho (definição e acompanhamento de perfil junto aos gestores);
- Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior

Neste relatório serão apresentados os principais resultados do terceiro trimestre referentes ao ano de 2025, extraídos dos Indicadores da Qualidade, alcançados tanto pela GRT, quanto por meio de parcerias estabelecidas com áreas que possuem interface de atuação, tais como a EGC, conforme segue:

7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Terceiro Trimestre de 2025

Quadro 7.4 – Quadro de Indicadores de horas, participações, temas e investimento

Indicadores de Treinamento		Resultado Acumulado		Meta Anual (Previsão)
Cursos: Carga Horária LND/EP	Extraplano	4.689 horas		Total: 15.800 horas/ano
	LND	8.982 horas		
	Total	13.671 horas		
	Eventos Externos s/ custo	673	10.046	
	Eventos Externos c/ custo	665		
	Eventos Internos s/ custo	2.480		
	Online s/ custo	6.128		
	Online c/ Custo	100	3.625	
	Escola de Contas: s/ custo	3.625		
	Escola de Contas: In Company c/ custo	0		
	Total	13.671 horas		
Quantidade de Participações em cursos	Eventos Externos	66		901
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	40		
	On line	795		
	Escola de Contas - In company	0		806
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online e presencial)	806		
	Total	1.707 (Participações)		
Quantidade de Temas	Eventos Externos	34		536
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	2		
	On line	492		
	Escola de Contas - In company	0		99

	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	99	
	Total		627 (Temas)
Investimentos	GRT	R\$ 81.084,52	Orçamento para o ano de 2025 R\$ 250.000,00
	Escola de Contas	R\$ 0,00	
Cursos/ Investimentos (R\$)	Total	R\$ 81.084,52	

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2025

Obs.: Os dados apresentados no quadro 1 poderão sofrer alterações, em função do recebimento de certificados de fornecedores de cursos em geral e da EGC, referentes ao exercício de 2025.

7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2025/2024

Quadro 7.5 - Indicador Quantitativo Comparativo dos resultados do LND/25 e LND/24

INDICADORES – Quarto TRIMESTRE	ANO 2025	ANO 2024
Carga Horária LND/GIEP	8.982	3.746
Eventos atendidos relacionados ao LND	262	167

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2025 e Ano 2024

7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na Meta Anual - Áreas Certificadas pela ISO/9001 (SCE/ETQC/GRT-URH) - Ano 2025

Quadro 7.6 – Indicadores das áreas certificadas

Indicadores	Resultado Acumulado	Meta 2025 7.100 horas
Carga horária/ano	6.294	
Investimento específico das áreas certificadas (R\$)	R\$ 15.974,00	
Nº de participantes atendidos	696	
Quantidade de Cursos/Eventos em geral - relativos às áreas certificadas	254	
Quantidade de Eventos correspondentes ao LND/2024 relativos às áreas certificadas	98	

Fonte: Indicadores da Qualidade Ano 2025

7.2.1.4. Trilhas de Capacitação – TCMSP

As trilhas de capacitação são atualizadas regularmente, para atender demandas de capacitação e novas temáticas que surgem no âmbito do tribunal. No terceiro trimestre não houve implantação de nenhum trilha.

7.2.1.5. Ecos do Comportamento

É um programa da GRT em parceria com a EGC, que tem como objetivo trazer temas importantes para o autoconhecimento e desenvolvimento das competências comportamentais e socioemocionais (soft skills) dos gestores e dos servidores colaboradores do TCMSP e da sociedade em geral, por meio de entrevistas com profissionais renomados da área de Gestão de Pessoas.

No segundo trimestre foi organizada e realizada a Webinar “Mudanças Organizacionais: O que faz uma transformação dar certo ou fracassar”.

7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP

A Coordenação dos Programas de Estágios é desempenhada pela chefia da Unidade das Relações do Trabalho, tendo um papel crucial na gestão dos estagiários de ensino médio, técnico e superior. Esta unidade é responsável por uma série de atividades que garantem o bom funcionamento dos programas de estágio e o atendimento das necessidades das unidades do tribunal.

Primeiramente, a coordenação é encarregada dos processos de recrutamento e seleção. Isso inclui a abertura de vagas junto ao agente integrador CIEE, a triagem de currículos e o recrutamento de estagiários conforme as necessidades identificadas no Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND). Além disso, a coordenação trabalha em conjunto com os supervisores para levantar os perfis das vagas e elaborar o Plano de Atividades de Estágio, garantindo que as vagas requeridas pelas unidades sejam atendidas

No que diz respeito à gestão dos estagiários, a coordenação mantém contato constante com os estudantes, fornecendo orientações sobre o processo seletivo e agendando entrevistas com os supervisores. A preparação de laudos e a realização de atendimentos presenciais e virtuais também fazem parte das suas atribuições. Após a seleção, a coordenação é responsável pelo encaminhamento dos dados dos estudantes para contratação junto ao agente de integração - CIEE e pela recepção e encaminhamento dos estagiários as unidades do tribunal. Além disso, a integração dos novos estagiários e as orientações sobre as regras de convivência são etapas

fundamentais para garantir um ambiente de trabalho harmonioso, além de inclusivo. A coordenação também participa de treinamentos que apoiam a formação profissional dos estagiários.

Na esfera administrativa, a coordenação controla e acompanha as vagas existentes nos contratos de Ensino Médio, Técnico e Superior, instrui expedientes para renovações contratuais necessárias e realiza aditamentos contratuais em função de possíveis ajustes nos valores de taxas administrativas, bolsa-auxílio e auxílio transporte. A elaboração e o apontamento da frequência mensal dos estagiários, bem como o fechamento das folhas de pagamento, são tarefas rotineiras para o cumprimento das obrigações contratuais. Por fim, a coordenação toma as providências necessárias junto ao CIEE para a apresentação de carta fatura e documentos necessários para o repasse dos valores relativos ao pagamento mensal dos estagiários.

Em resumo, a Coordenação dos Programas de Estágios é uma unidade multifacetada que desempenha um papel vital na administração e no desenvolvimento dos programas de estágio, assegurando que todas as etapas, desde o recrutamento até a gestão administrativa, sejam realizadas de maneira eficiente e eficaz.

Contratações, aditamentos de contrato e desligamentos de Estagiários – 3º Trimestre/2025

Em relação ao Programa de Estágios, no terceiro trimestre de 2025, foram realizadas diversas atividades para atendimento às demandas das unidades do Tribunal, tais como:

Abertura de Processos Seletivos: Foram iniciados processos seletivos para suprir as necessidades das unidades, resultando na contratação de 09 novos estagiários.

Aditamentos Contratuais: Houve a necessidade de aditar os contratos de 01 estudante, ajustando as condições conforme as exigências e mudanças ocorridas.

Desligamentos: Foram efetuados 05 desligamentos de estagiários, sendo 03 em razão de término de contrato e 02 estagiários a pedido por interesse particular.

7.2.1.7. Atividades Diversas

Participação na comissão de Planejamento estratégico, representando a área de Gestão de Pessoas.

Participação da GRT/URT no Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar o panorama atual da Transparência Pública do TCMSP, apresentando proposta de melhoria, adequação e aprimoramento das exigências do PNTP, liderado pela Atricon – **Em andamento contínuo.**

Acompanhamento do planejamento dos temas solicitados no Plano de Capacitação Anual - LND/25, bem como o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI (Avaliação de Desempenho – GIEP) em relação à divulgação de capacitações a partir das necessidades levantadas. Realização de Mentorias pontuais aos gestores em geral, a fim de auxiliar o gestor na condução dos membros da equipe.

Realização conjunta com a SCE da elaboração do Banco de Talentos da SCE, para processos seletivos para cargos de coordenação, supervisão e assessoria, incluindo análise dos currículos, entrevistas individuais, elaboração e encaminhamento de relatórios de entrevista. – **Em andamento.**

Participação e atuação direta da GRT na comissão do Teletrabalho – elaboração de relatório referente ao desempenho da gestão de pessoas na rotina de trabalho – modalidade online - das diversas unidades do tribunal em relação ao último ciclo.

Preparação de Pesquisa aos servidores recém-ingressos no TCMSP e mentores, turma 3, com o objetivo de avaliar a adaptação no órgão e poder dar tratamento adequado quando for o caso.

Contato com servidores participantes de cursos, para organização e agendamento de multiplicação dos temas aos interessados do tribunal - **Em andamento contínuo.**

Pesquisa para contratação de empresa para prestação de serviços na área da saúde mental, para os servidores do TCMSP.

Apresentação de trabalho no 3º. Lab TCs: Preparação de Mentores: estratégias de mentoria para maximizar o potencial de novos colaboradores.

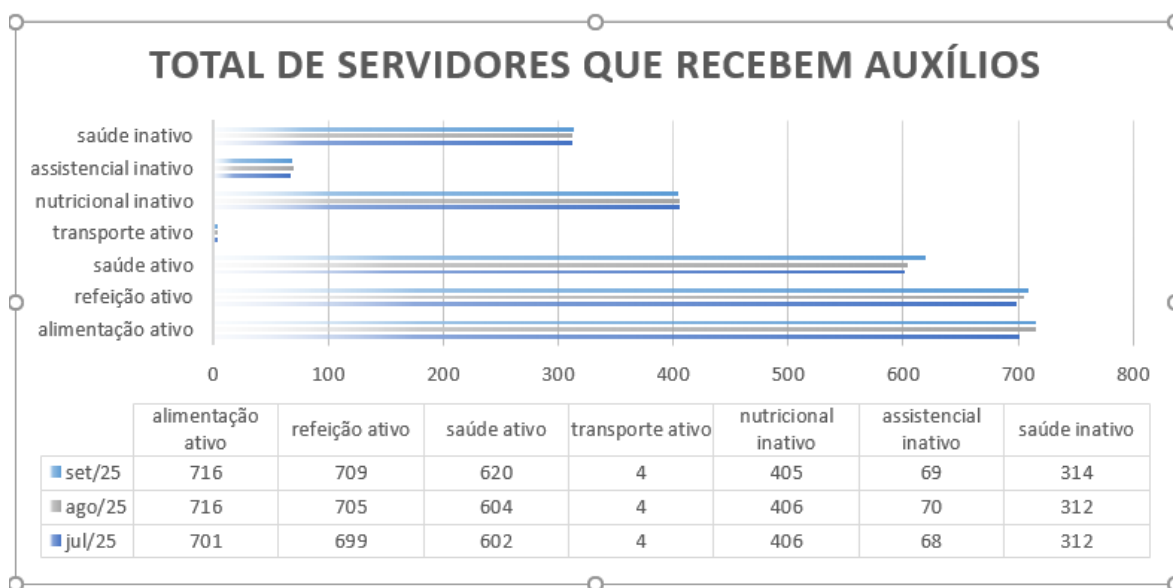
Organização e apresentação das palestras do programa Ecos do Comportamento em junho de 2025. Apresentação: “Mudanças organizacionais: o que faz uma transformação dar certo – ou fracassar” – Realizada em junho.

Participação em Grupos de Estudos dos Tribunais de Contas do Brasil:

- Grupo TCs IRB Saúde Mental - **Em andamento**.
- Grupo TCs IRB Etarismo – **Conectando Gerações - Em andamento**.

7.2.2. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)

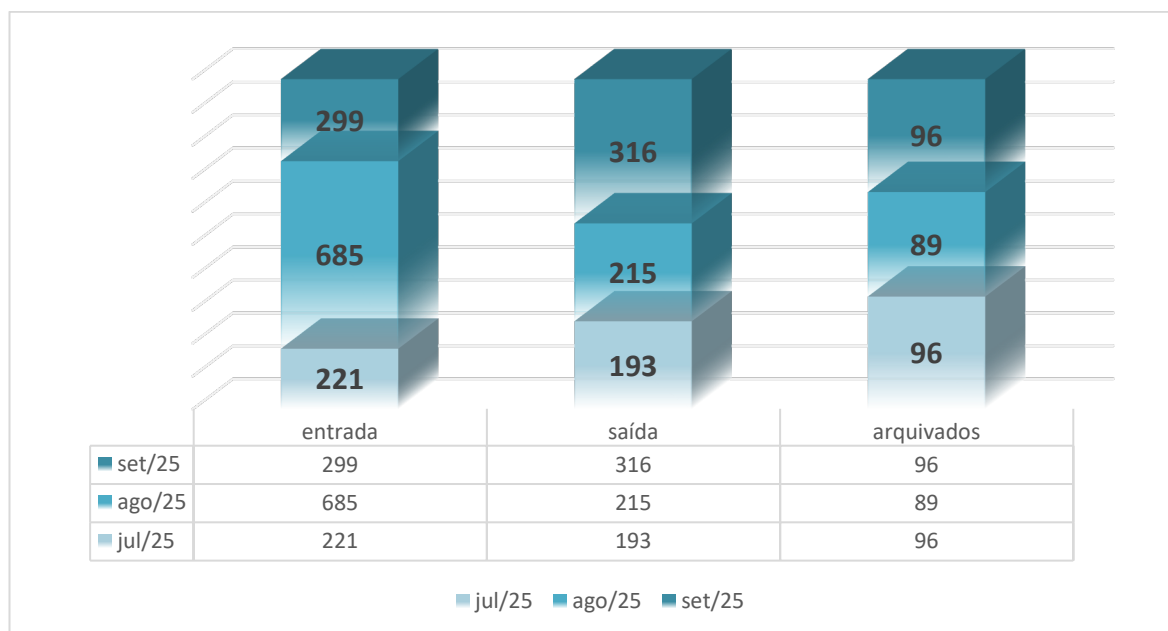
- Acompanhamento de leis, decretos, portarias, despachos e licenças médicas, cursos, palestras, publicadas diariamente no Diário Oficial da Cidade de São Paulo;
- Conferência e assinatura:
 - a) folhas de pagamento e do 13º salário dos servidores ativos e inativos;
 - b) cartas margens para empréstimo consignado com posterior envio às Instituições Bancárias conveniadas com esta Corte;
 - c) declarações, certidões e ofícios;
 - d) processos, expedientes, memorandos, relatórios, ofícios, publicações, cálculos, contratos e demais documentos afins;
 - e) acompanhamento e conferência sistema de frequência dos servidores;
 - f) conferência diária de portarias e assinatura de laudas para publicação;
 - g) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento de auxílio saúde de todos servidores ativos e inativos que optaram por receber o benefício;
 - h) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento do auxílio alimentação para pagamento do benefício para todos os servidores ativos no TCMSP e nutricional para os servidores inativos (aposentados);
 - i) conferência e liberação para auxílio refeição e transporte;



- Contatos Internos e externos;
- Atendimento e orientações servidores ativos e inativos;
- Atendimento e orientações servidores no ingresso;
- Compra de coroa de flores e atendimento aos familiares em caso de falecimento;
- Digitalização de pareceres, legislações, documentos, processos e fichas funcionais.



- Controle de escala de férias servidores;
- Organização e arquivamento de documentos nas pastas internas da Coordenadoria;
- Participação em reuniões: Superior Administração, Secretaria Administrativa, Comissões Teletrabalho, Concurso, Paritária, PRODAM, IPREM e demais convocações;
- Digitação e assinatura de informações (adicionais, abono de permanência, enquadramento, aposentadoria, férias em pecúnia, auxílio doença, ações de procedimento ordinário, auxílio funeral, abono remuneratório, horário de estudante, licença paternidade, licença maternidade, gala, nojo, exoneração, isenção de imposto de renda, cursos, nomeação, férias, lotação), relatórios, memorandos, ofícios e declarações;
- Processos/documentos - recepção, instrução, junção de documentos, análise, conferência, assinatura e tramitação;
- Atualização portal da transparência.



- Portarias – confecção, anexa em e-tcm para solicitação assinatura superior, publicação, envio para divulgação (quando for o caso), arquivamento;
- Publicações – confecção de lauda, conferência, envio para autorização chefe de

gabinete/Secretário Administrativo, envio SEI;

- Contato diário com a equipe;
- Vídeo conferência com a equipe – contado diário com a equipe;
- Envio de senhas – quando solicitado via e-mail senha para acesso SIGPEC;
- Título de aposentadoria – fase final de processo de aposentadoria, confecção, conferência, assinatura da Presidência, junção em processo para prosseguimento de análise de área responsável;
- Recebimento e cadastramento de certificado – recepção de certificados via sistema EGC, via e-mail (certificados externos), cadastramento em sistema para fins de evolução funcional e GIEP e posterior arquivamento;
- Recebimento de candidatos para posse e início de exercício;
- Implantação de sistema de frequência e acompanhamento de implantação em cada área do TCMSP;
- Cadastro e atualização de dados ESOCIAL;
- Ordem de lotação - recepção de solicitação autorizada pelo Secretário Administrativo, alteração sistemas sigpec, emissão de ordem de lotação e ciênciados interessados e NTI, posterior arquivamento;
- Ficha limpa – recepção de documento anual;
- Acompanhamento e renovação contratos da área, credenciamento de empresas para auxílio-alimentação, disponibilização de pesquisa para escolha de empresa credenciada, contabilização das votações, trâmites para contratação de empresas GREEN CARD e TICKET.
- Recadastramento de servidores ativos via sistema;
- Canal de atendimentos servidores ativos;
- Portal dos aposentados;

- Acompanhamento e reunião para implantação do sistema de atividades diárias para teletrabalho/presencial e frequência dos servidores;
- Atualização e implantação de fluxo de trabalho (enquadramento, nojo, licença paternidade);
- Digitalização dos prontuários;
- Arquivamento e organização dos prontuários no ARQUIVO CRH DOCUMENTOS FUNCIONAIS e arquivo físico de prontuários CRH.

7.2.2.1. Unidade Técnica de Controle, Cadastros e Benefícios

- Recebimento de Laudo Médico Pericial DESS e confecção de lauda das licenças médicas;
- Contatos externos: servidores Inativos e Pensionistas;
- Digitalização de documentos;
- Base de dados de servidores ativos/inativos: DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA WEB;
- Acompanhamento documentos Plano de Saúde – servidores inativos;
- Orientação entrega documentação após aposentadoria;
- Recadastramento inativos e ativos.

7.2.2.2. Unidade Técnica de Registro de Pessoal

- Instrução de processos e expedientes;
- Contagens de tempo (aposentadoria, adicionais e evolução funcional);
- Anotações e conferências diárias de ocorrências;
- Arquivo de documentação nos respectivos prontuários e pastas de controle;
- Encaminhamento mensal de folha de pagamento à Coordenadoria de Recursos Humanos;
- Digitalização de documentos funcionais;
- Confecção de carteiras funcionais e crachás de identificação;
- Levantamento de avaliação de desempenho dos servidores para efeito da aplicação da Lei Municipal nº 14.706/2008;

- Acompanhamento diário de leis, decretos, despachos, portarias e licenças médicas publicadas no DOC;
- Atualização de relação de cargos, lotação, horários de servidores e cadastramentos;
- Emissão mensal de atos de admissão e contratação de pessoal;
- Emissão de atestados de frequência para comissionados.

7.2.2.3. Unidade Técnica de Folha de Pagamento

- Lançamentos: auxílio refeição, auxílio alimentação, auxílio saúde, empréstimos consignados, empréstimos hipotecários;
- Atualização de arquivos digitais;
- Cadastro: dependente de Isenção de Imposto de Renda, domicílio bancário;
- Cartas margens para empréstimo consignado – emissão;
- Certidões/ declarações – confecção e conferência;
- Controle e movimentação de ativos/inativos;
- Folha de pagamento – processamento (ativos e inativos), ficha financeira, IPREM, pagamentos suplementares;
- Holerites de comissionados – obtenção e organização;
- Instrução processo/expedientes
- IPREM - conferência/conciliação base de dados;
- Ocorrências - integração (conferência de lançamentos);
- Processos/documentos– entrada/saída(controle);
- Relatórios e planilhas de cálculos afins da área;
- Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(SEFIP) / Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP) – conferências/

simulação de fechamento/envio.

7.3. Gestão Patrimonial

Os bens objeto de controle são divididos em bens móveis, imóveis e intangíveis. A posição contábil sintética em 30.09.2025, líquida da depreciação e amortização, é a evidenciada no quadro abaixo:

Quadro 7.7 – Bens móveis, imóveis e intangíveis

Bens	Valor (R\$)	%
Bens imóveis	646.802.256	95,57
Bens intangíveis	14.772.834	2,18
Bens móveis	15.191.651	2,24
Total	676.766.742	100,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) é responsável pela manutenção, gestão e inovação do ambiente tecnológico do TCMSP, assegurando suporte eficiente, segurança e modernização dos processos institucionais.

8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados

Responsável pela sustentação do ambiente tecnológico e aquisição de novos equipamentos e tecnologias.

Destaca as seguintes atividades no período:

- Verificação diária, de forma remota e presencial, dos equipamentos do Datacenter, Servidores de acesso, links de telefonia, nobreaks, gerador, servidores de banco de dados, ar condicionado e demais equipamentos;
- Atualização de versões de sistemas, criação de estações virtuais para acesso remoto;
- Atualização de versão do sistema operacional de virtualização Nutanix;
- Atualização de versão do sistema operacional de virtualização Vmware;
- Consolidação das rotinas de backup em Nuvem;
- Monitoramento da solução de Análise de Tráfego de Rede;
- Gerenciamento das licenças Microsoft 365;
- Aplicação das licenças Copilot;
- Aplicação das licenças do Microsoft WebAPPS (pacote office);
- Realização de Prova de Conceito do sistema de telefonia;
- Estudo de ferramentas de Segurança;
- Instalação de ferramenta de abertura de chamado;
- Atualização do sistema operacional dos servidores Windows;

- Gerenciamento de Contratos;
- Desenvolvimento do Termo de Referência para aquisição de Link de Internet.

8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário

Responsável pelo suporte ao usuário, solucionando chamados técnicos relativos ao uso de nossos equipamentos, soluções e serviços. Destaca as seguintes atividades no período:

8.2.1. Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários

8.2.1.1. Sistemas de conectividade

- V.P.N., FortiClient, Parallels e e-TCM (token).

8.2.1.2. Sistemas e aplicativos de vídeo conferência

- Microsoft Teams, Zoom e Google Meeting.

8.2.1.3. Sistemas corporativos

- Canal de Atendimento NTI, Microsoft Outlook (e-mail), Telefonia I.P., Aperfeiçoamento Contínuo, Átomo-Radar, Sigpec, SOF, Prodam, Controle Médico, TCM-RH, SisAlmox.

8.2.2. Atendimentos de suporte

- Suporte técnico e infraestrutura para sessões plenárias;
- Suporte técnico e apoio para as mesas técnicas;
- Suporte técnico nos eventos institucionais;
- Alterações de layouts com implantação de cabeamento estruturado e conexões de rede;
- Suporte ao teletrabalho;
- Suporte ao trabalho presencial;
- Canal de Atendimento NTI - Sincronização de ocorrências com a UTARBD, UTDS e Suporte e-TCM;
- Apoio presencial para instalação de “tokens” (certificado digital);
- Instalação de novas licenças Adobe e Autodesk.

8.2.3. Equipamentos

8.2.3.1. Gerenciamento e controle

- Microcomputadores e monitores;
- Notebooks;
- Impressoras;
- Scanners;
- Telefones I.P.s.

8.2.4. Gestão de contratos

- Contrato 28/2021, TC 013236/2021, empresa Daten Tecnologia LTDA;
- Contrato 12/2022, TC 016543/2021, empresa VSP Solution LTDA;
- Contrato 10/2023, TC 007487/2023, empresa JGL Tecnologia LTDA;
- Contrato 15/2023, TC 010000/2023, empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA;
- Contrato 34/2024, TC 012035/2023, empresa Systech Sistemas e Tecnologia em Informática LTDA;
- Contrato 35/2024, TC 012035/2023, empresa Anderson Amorim Rosa ME;
- Contrato 36/2024, TC 012035/2023, empresa R&R Equipamentos Eletrônicos LTDA;
- Contrato 33/2024, TC 020826/2024, empresa FM Cunha Outsourcing, Tradução e Software LTDA;
- Contrato 09/2025, TC 001581/2025, empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA;
- Contrato 16/2025, TC 006667/2025, empresa SIMPRESS Comércio Locação e Serviços LTDA.

8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

Responsável pelo desenvolvimento e manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas internos do TCMSP.

8.3.1. Sistemas desenvolvidos internamente

Durante o período, a tabela a seguir apresenta a quantidade de commits/changeset para as demandas corretivas e evolutivas dos sistemas desenvolvidos pela unidade.

Projeto/Sistema	Comm./Chang.
Airflow	7
Atomo	26
CRH	479
Dialogo	4
EscolaNext	7
eTCM	77
SitePortal	6
	606

9. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NAI

O Núcleo de Auditoria Interna, vinculado ao Gabinete da Presidência, atua como Unidade de Auditoria Interna no Modelo das Três Linhas, do Instituto dos Auditores Internos (IIA), e é responsável pela avaliação do Sistema de Controle Interno da entidade. A função da Auditoria Interna é ser um componente da governança pública, de modo a apoiar a instituição na proteção e aumento de valor organizacional.

9.1. Execução de Atividades por Tema

9.1.1. Controle Externo

- Elaboração do Relatório Conclusivo da avaliação da “Produção” no âmbito da Secretaria de Controle Externo (SCE).
- Avaliação do Fluxo dos Processos de Controle Externo no âmbito do TCM.

9.1.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- Verificação e assinatura dos demonstrativos quadrimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP

10.1. Coordenadoria de Cursos de Extensão

No terceiro trimestre de 2025, a EGC promoveu 59 cursos de extensão, que registraram a participação de 4.740 inscritos. A maior parte dessas formações foi ofertada na modalidade on-line, o que possibilitou ampliar o alcance da Escola e atrair novos alunos de diferentes cidades do Brasil, fortalecendo a fidelização do público. Complementarmente, também foram realizados cursos nas modalidades presencial e híbrida, assegurando maior diversidade de formatos.

Destaca-se, ainda, a realização de cursos de extensão voltados exclusivamente aos participantes do Programa Jovem Monitor Cultural, iniciativa vinculada à parceria entre a EGC e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo. O Programa tem como objetivo oferecer formação em gestão cultural para jovens da capital paulista, e a Coordenadoria de Cursos de Extensão da EGC contribui com a oferta de capacitações de caráter técnico.

Além disso, no mesmo período, foram realizadas duas edições do Programa Jovem no Controle Social (PJCS), que, juntas, reuniram 124 estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de escolas públicas e privadas de São Paulo. O Programa busca desenvolver a consciência cidadã entre jovens, estimulando sua participação ativa no controle social da gestão pública por meio de atividades formativas específicas. A realização dessas duas edições no terceiro trimestre reforça o compromisso da EGC em fomentar a educação para a cidadania e ampliar o alcance de suas ações junto ao público estudantil.

Tabela 10.1 – Cursos de extensão realizados – 3º Trimestre de 2025

JULHO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
30.07.2025	30.07.2025	Ciclo de Formação em Literatura russa: Ivan Turguêniev – “Diário de um homem supérfluo”	62
14.07.2025	14.07.2025	O reacionarismo de Joseph de Maistre e o conservadorismo de Edmund Burke: Críticas à Revolução Francesa	53
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			115
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			2
AGOSTO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
29.08.2025	29.08.2025	Ciclo de Formação em Literatura Brasileira: Machado de Assis	59

27.08.2025	27.08.2025	Pesquisa e Análise Qualitativa com apoio do software WebQDA	67
26.08.2025	26.08.2025	François Mauriac: a questão do intelectual engajado e a literatura cristã	29
21.08.2025	21.08.2025	Ciclo de Formação em Administração Pública Digital: Tendências e Dilemas	52
14.08.2025	28.08.2025	O FUNDEB e o funcionamento do VAAT, do VAAF e do VAAR	71
12.08.2025	31.12.1969	"Desenvolvimento de Equipes: estratégias para Alta Performance"	15
11.08.2025	18.08.2025	Introdução ao Orçamento Público para Não Especialistas	151
07.08.2025	07.08.2025	Oficina – Construa sua Jornada de Liderança Inovadora de Alto Desempenho	219
07.08.2025	28.08.2025	Nova Lei de Licitações: Noções Introdutórias e o Controle Externo	166
05.08.2025	26.08.2025	Lei nº 14.133/2021 e as Licitações para obras e serviços de engenharia	403
05.08.2025	14.08.2025	Estatística em Políticas Públicas	35
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			1267
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			11
SETEMBRO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
30.09.2025	30.09.2025	História Constitucional da Alemanha: A Constituição de Weimar (1919)	30
30.09.2025	30.09.2025	Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas: Transparência e Governança Social Compartilhada.	20
27.09.2025	27.09.2025	Círculo de Leituras – A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo Goulart (Parte 2): radicalização interna e política externa independente	143
26.09.2025	26.09.2025	Ciclo de Formação em Literatura Brasileira: Lima Barreto	31
25.09.2025	25.09.2025	Ciclo de Formação em Administração Pública Digital: Desafios da Transformação Digital no Setor Público	58
23.09.2025	23.09.2025	História Constitucional da Alemanha: A Constituição Imperial Alemã (1871) no Contexto da Unificação da Alemanha	28
23.09.2025	23.09.2025	Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas: Desigualdades Sociais, Indicadores e Território	36
19.09.2025	26.09.2025	A Lei n.º 14.133/2021 – Modalidades de Licitações	118
18.09.2025	25.09.2025	Carl Schmitt: Teologia Política e Decisionismo Jurídico	36
18.09.2025	27.11.2025	Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Aspectos Gerais, Atualizações e o Controle Externo	16
18.09.2025	25.09.2025	Política Educacional e Redução das Desigualdades: uma Introdução às Teorias Contemporâneas de Justiça Social	33
16.09.2025	16.09.2025	História Constitucional da Alemanha: A Constituição Alemã da Igreja de São Paulo (1849)	26
16.09.2025	16.09.2025	Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas: Orçamento Público e Território	58
15.09.2025	17.09.2025	Uso do catálogo e acesso à legislação: formação para servidores do TCMSP	26
11.09.2025	25.09.2025	Desenvolvimento de Equipes: estratégias para Alta Performance	11
09.09.2025	09.09.2025	Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas: O papel do Tribunal de Contas do Município de São Paulo: a articulação entre o controle externo e o controle social	62
09.09.2025	23.09.2025	"Desenvolvimento de Equipes: estratégias para Alta Performance"	24

09.09.2025	09.09.2025	Mudanças Climáticas e Políticas Públicas	56
03.09.2025	24.09.2025	Gestão e Fiscalização de Contratos sob a ótica da Nova Lei de Licitações	196
01.09.2025	08.09.2025	Transparência e Responsabilidade Fiscal: Como Monitorar o Orçamento Público	69
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			1077
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			20

Fonte: Moodle

Tabela 10.2 – Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) – 2º Trimestre de 2025

INÍCIO	FIM	CURSOS	INSCRITOS
11.08.2025	11.08.2025	Redação Oficial I	52
11.08.2025	11.08.2025	Introdução a Matemática Financeira I	72
18.08.2025	18.08.2025	Redação Oficial II	52
18.08.2025	18.08.2025	Introdução a Matemática Financeira II	72
18.08.2025	18.08.2025	Introdução a Economia	58
25.08.2025	25.08.2025	Redação Oficial I	80
25.08.2025	25.08.2025	Introdução a Matemática Financeira I	58
01.09.2025	01.09.2025	Redação Oficial II	80
01.09.2025	01.09.2025	Introdução a Matemática Financeira II	58
08.09.2025	08.09.2025	Redação Oficial I	72
08.09.2025	08.09.2025	Introdução a Matemática Financeira I	52
15.09.2025	15.09.2025	Redação Oficial II	72
15.09.2025	15.09.2025	Introdução a Matemática Financeira II	52
15.09.2025	15.09.2025	Introdução a Economia	80
22.09.2025	22.09.2025	Introdução a Economia	72
22.09.2025	22.09.2025	Redação Oficial I	58
22.09.2025	22.09.2025	Introdução a Matemática Financeira I	80
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			1120
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			17

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 10.3 – Programa Jovem no Controle Social – 3º Trimestre de 2025

INÍCIO	FIM	CURSOS	INSCRITOS
13.08.2025	13.08.2025	8ºs anos EMEF Profa. Maria Aparecida Rodrigues Cintra	65
24.09.2025	24.09.2025	9ºs anos da EMEF Martin Francisco Ribeiro de Andrada	59
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			124
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			2

Fonte: Moodle.

Tabela 10.4 – Círculo de Leituras em parceria com o Laboratório Diplomático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) – 3º Trimestre de 2025

INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
16.08.2025	16.08.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil Prefácio e Introdução	147
23.08.2025	23.08.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo Dutra: democratização conservadora e diplomacia a serviço	146
30.08.2025	30.08.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Segundo Governo Vargas: Nacional Populismo e Diplomacia Tradicional	134
06.09.2025	06.09.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo JK: 50 anos em 5 e diplomacia desenvolvimentista	142
13.09.2025	13.09.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo Jânio: frustração interna e ponto de ruptura em política exterior	152
20.09.2025	20.09.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo Goulart: radicalização interna e política externa independente	173
27.09.2025	27.09.2025	Círculo de Leituras - A Diplomacia na Construção do Brasil: Governo Goulart (Parte 2): radicalização interna e política externa independente	143
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			1037
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			7

Fonte: Moodle.

Tabela 10.5 – Total Geral do 2º Trimestre de 2025 (Cursos de Extensão / PJMC/PJCS e Círculo de Leituras)

Total Geral de Cursos no Trimestre	59
Total Geral de Inscritos no Trimestre	4740

Fonte: Elaboração Própria

10.2. Coordenadoria de Pós-Graduação

Três turmas dos cursos de pós-graduação – Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Políticas (2023); Especialização em Políticas Públicas (2024); e Especialização em Direito Administrativo (2024) – encontravam-se em processo de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC) no terceiro trimestre de 2025.

Tabela 10.6 – Programas de pós-graduação – Fase: Desenvolvimento do TCC.

Curso	Turma	Vagas disponibilizadas	Carga Horária	Número de alunos matriculados
Especialização em Direito Administrativo	703	35	450 h	22
Especialização em Políticas Públicas	704	35	450 h	27
Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política	576	50	450 h	32

Fonte: Moodle

Quatro turmas de pós-graduação encontravam-se em aula (presencial): Especialização em Políticas Públicas; Especialização em Direito Administrativo; Especialização em Engenharia

Civil: Infraestrutura e Obras Públicas; e Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política.

Tabela 10.7 – Programas de pós-graduação – Turmas em andamento – 3º Trimestre/2025

Curso	Turma	Vagas disponibilizadas	Carga Horária	Número de alunos matriculados
Especialização em Políticas Públicas	901	35	450 h	33
Especialização em Direito Administrativo	902	35	450 h	31
Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política	903	50	450h	42
Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas	904	35	450h	27

Fonte: Moodle

O Processo Seletivo 2026 para os cursos de pós-graduação lato sensu da EGC teve início no terceiro trimestre de 2025, a partir da publicação do Regulamento Simplificado em 28 de agosto. Foram disponibilizadas 105 vagas, distribuídas igualmente entre três cursos de especialização: Políticas Públicas (35 vagas); Direito Administrativo (35 vagas); e Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas (35 vagas).

As inscrições permaneceram abertas até 30 de setembro de 2025 e registraram 1.422 candidatos, resultando em uma média geral de 13,5 candidatos por vaga. A distribuição de inscritos por curso foi: 1) Especialização em Políticas Públicas: 872 inscritos e 25 candidatos por vaga; 2) Especialização em Direito Administrativo: 432 inscritos e 12,5 candidatos por vaga; e 3) Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas: 118 inscritos e 3,5 candidatos por vaga.

10.3. Coordenadoria de Palestras e Eventos

Nos meses de julho a setembro de 2025, foram realizados 9 (nove) eventos, a saber:

Tabela 10.8 – Eventos realizados – 3º Trimestre 2025

Data	Evento	Modalidade	Inscritos	Participantes	Visualizações Youtube – 15/08	Eixo Temático
30.09.25	Ciclo de eventos: Auditoria em Obras Públicas, Infraestrutura e Sustentabilidade Infraestrutura sob Controle: Promoção da Transparência em Obras Públicas	ONLINE	138	48	173	Engenharia, Infraestrutura e Obras públicas

25.09.25	Ciclo de Eventos Mudanças Climáticas e os Desafios das Cidades: Instrumentos de enfrentamento às mudanças climáticas	ONLINE	97	39	213	Políticas Públicas
18.09.25	Arborização Urbana: Desafios e Oportunidades	PRESENCIAL	51	27	44	Políticas Públicas
02.09.25	Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas - Mesa Redonda: Perspectiva Histórica e dilemas da atuação dos Conselhos Participativos Municipais de SP	HÍBRIDO	144	63	663	Políticas Públicas
15.08.25	Lançamento do livro "A Saga do CPNU: Inovação em Serviços Públicos e Transformação do Estado para a Cidadania" e do evento sobre "Concurso Público Nacional Unificado: Inclusão, Inovação e o papel dos órgãos de controle"	PRESENCIAL	129	87	291	Gestão e Finanças Públicas; Políticas Públicas
14.08.25	Ciclo de Eventos Mudanças Climáticas e os Desafios das Cidades: Infraestrutura, Natureza e Clima - soluções para uma maior resiliência urbana e Justiça Socioambiental	ONLINE	138	57	300	Políticas Públicas
07.08.25	Oficina - Construa sua Jornada de Liderança Inovadora de Alto Desempenho	ONLINE	219	75	273	Gestão e Finanças Públicas; e Inovação
03.07.25	Lançamento da norma ABNT- ISO 37110 - Requisitos de gestão e recomendações para dados abertos de cidades e comunidades inteligentes - visão e princípios gerais	PRESENCIAL	220	94	346	Gestão e Finanças Públicas; Inovação
02.07.25	Ciclo de Eventos Mudanças Climáticas e os Desafios das Cidades: Como tornar nossas cidades mais resilientes às inundações?	ONLINE	119	44	238	Políticas Públicas
Total			1.255	534	2.541	

Fonte: Moodle.

10.4. Coordenadoria de Parcerias e Convênios

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), por meio da Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC), firmou acordo de cooperação com o Instituto Alana, que tem por objetivo a promoção, desenvolvimento e execução de projetos e atividades com o Observatório de Políticas Públicas (OPP) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

10.5. Revista Simetria

As atividades estiveram concentradas na preparação da 16ª edição da Revista Simetria do TCMSp. Edição que contará com um caderno especial reunindo trabalhos de conclusão de curso recentemente apresentados e selecionados em função da qualidade das pesquisas.

Em termos de fluxo editorial, a Revista apresentou os indicadores do quadro que segue:

Figura 10.1 - Quadro de indicadores de atividade editorial

Atividade	Período 01.07 a 30.09.2025	Acumulado Ano
Submissões recebidas	9	32
Submissões aceitas	3	22
Submissões recusadas	2	6
Submissões em avaliação	29	54
Artigos publicados	0	9

Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/editorial>

O fluxo de submissões e encaminhamentos manteve o padrão observado nos trimestres anteriores.

Figura 10.2 - Gráfico de downloads de artigos – 3º Trimestre de 2025



Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/publications/publications>

O gráfico 10.2 demonstra uma tendência consistente de crescimento nas métricas de visualização e download dos artigos ao longo do trimestre.

Tabela 10.9 – Quadro dos artigos mais acessados no período de 01/07/2025 a 30/09/2025.

Título	Acessos		Total
	Resumos	Downloads	
Leite et al. A Constitucionalização do Direito Humano e Fundamental à Saúde na História das Constituições do Brasil (1824-1988): The Constitutionalization of the Human and Fundamental Right to Health in the History of Brazilian Constitutions (1824-1988)	427	115	542
Piqueras Garcia et al. Jurimetria, Tribunais de Contas e Lei de Improbidade Administrativa: Oitiva nos acordos de não persecução civil.	464	71	535
Quaresma Leitão A boa-fé nas relações entre a administração pública e os seus administrados nos contratos administrativos	107	427	534
Fortes Nascimento Ramos Nova Lei de Licitações como instrumento de Políticas Públicas para o incentivo no aumento da contratação da mulher no mercado de trabalho.	417	903	510
Gomes et al. Dispute boards e obras públicas: Uma proposta para maior efetividade a partir do uso da Teoria dos Jogos.	423	81	504
Santos Silva Matos et al. Desastre de mineração em bairros de Maceió (AL): análise como um fenômeno de expulsão e desdobramentos no âmbito dos direitos humanos.	386	33	419
Mosquera Para quem é a cidade? Redes socioinstitucionais e os processos de desenvolvimento urbano nos centros de Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia).	375	34	409
Rosa O regime econômico-financeiro dos contratos de concessão.	286	119	405
YAMAGUTI A PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS, DISCURSOS E PRÁTICAS.	270	127	397
Freitas Rosa Contratos incompletos e infraestrutura: Uma perspectiva entre direito e economia na análise de contratos complexos e de longo prazo	250	131	381

Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/publications/publications>

A tabela 10.9 com os 10 artigos mais acessados no período indica a predominância dos eixos temáticos de Licitações e Contratos Administrativos; Políticas Públicas (Urbanismo, Ambiente e Habitação); Direito Público e Controle Externo.

10.6. Observatório Políticas Públicas (OPP)

A atuação do Observatório de Políticas Públicas (OPP) contemplou, além da gestão regular dos grupos de trabalho, as atividades elencadas nas tabelas a seguir:

Tabela 10.10 - Resumo das Atividades da Coordenação do OPP – Terceiro Trimestre 2025

Reuniões do Comitê de Coordenação do OPP (10/07; 31/07; 21/08; 11/09;).

01/07/25 – Reunião online sobre Oficinas IV CITC (Carolina, Nathalia, Angelica, Panato, Madiane)

01/07/25 – Reunião com Panato

02/07/25 – Reunião com Egle e Bruno

03/07/25 – IV CITC ATRICON – reunião (Gilson, Harmi, Livio, Luis, Ricardo Panato, Danilo, Suelem, Egle, Valdir, Angelica)

07/07/25 – Reunião Coordenação OPP

08/07/25 – Reunião ALANA (Isabela, Luiz Nickel, Luis Avelino, Romulo, Egle, Harmi)

08/07/25 – Reunião Coordenação OPP

10/07/25 – IV CITC ATRICON (Angelica, Andre, Luis, Silvio, Galindo, Eunice, Gilson, Danilo, Egle, Harmi, Valdir)

14/07/25 – Reunião com Filipe Falceta (Nereide, Egle, Harmi) - Assunto: projeto Fapesp

15/07/25 – Reunião com GT Saúde + C4

17/07/25 – Reunião Coordenação OPP

21/07/25 – IV CITC ATRICON (Madiane, Angelica, Luis, Egle, Harmi, Gilson, Valdir, Danilo)

22/07/25 – Reunião Coordenação OPP

22/07/25 – Reunião TI Bruno

24/07/25 – Reunião mapa da saúde (Egle, Luciana, Harmi, Bruno)

28/07/25 – Reunião com Instituto Alana

28/07/25 – Reunião com a Vanzolini (Roberto, Fernando, Harmi, Egle)

29/07/25 – Reunião com o GT Saúde sobre Painel - Bruno

30/07/25 – Reunião TI (Bruno, Egle, Harmi, Pedro, Rafael) - painel

01/08/25 – PAF 26, c4 (Maria Clara, Rafael, Helen, Elaine, Dilan, Tarso, Luiz Gustavo, Zilma, Taiane, Romulo, Ari Roche)

04/08/25 – Organização OPP (Egle, Harmi)

05/08/25 – PAF 26, c6 (Egle, Luis, Luciane, Filipe)

06/08/25 – Reunião com Bruno TI

08/08/25 – Reunião online sobre o ciclo de mudanças climáticas (Rosane, Mariane, Egle, Harmi)

11/08/25 – Reunião TI sobre o design (Liz, Bruno, Egle, Harmi)

12/08/25 – PAF 26, c9 - apresentação

12/08/25 – Contato André Leiner (André Leiner, Pedro Marin, Egle, Harmi)

13/08/25 – TCU + OPP (Harmi e Egle)

14/08/25 – Painel Habitação (Egle, Harmi, Rafael)

15/08/25 – PAF 26, c5 - apresentação

18/08/25 – Congresso ATRICON Angelica (Harmi, Egle, Livio, Valdir, Panato, Gilson, Danilo, Suelem, Andre)

18/08/25 – Reunião Coordenação OPP

19/08/25 – Notas Metodológicas e Metadados (Egle, Harmi) - painel

21/08/25 – Mesa técnica Jardim Pantanal (Alana, Leila Elisabete França, Iara Monteiro, entre outros)

22/08/25 – Congresso ATRICON online (Suelem, Marcelo, Harmi, Valdir, Dilson, Ricardo, Egle, Andre, Luis, Danilo, Angélica)

25/08/25 – Reunião Coordenação OPP (Egle, Harmi)

27/08/25 – Reunião OPP (Egle, Harmi, Bruno) - Painel

27/08/25 – Reunião Vanzolini (Egle, Harmi, Roberto)

01/09/25 – Reunião Coordenação OPP (Egle, Harmi)

03/09/25 – Reunião Congresso ATRICON, Cidades Inteligentes - oficina

03/09/25 – Reunião sobre Programa Atende (Antonio, Egle, Harmi)

04/09/25 – Reunião Metadados (Bruno, Liz)

04/09/25 – 4º Congresso Internacional ATRICON – Meio Ambiente/Educação/Saúde

09/09/25 – Reunião oficina Cidades Inteligentes - ATRICON

12/09/25 – Reunião Alana online (Isabela, Luiz, Egle, Harmi, Leila)

12/09/25 – Reunião Congresso ATRICON, oficinas (Panato, Gilson, Angelica, Marcelo, Suelem, Rosane, Silvio, André, Egle)

15/09/25 – Reunião 2, oficina Meio Ambiente e Desafio Climático - ATRICON

Fonte: Elaboração Própria

ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (3º Trimestre de 2025)

	TOTAL
Processos de Fiscalização Autuados	146
Auditorias	5
Acompanhamentos	15
Representações	57
Análises	2
Inspeções	10
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	57
Processos de Fiscalização Julgados	287
Auditorias	4
Acompanhamentos	85
Representações	59
Análises	92
Inspeções	24
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	23
Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo* (em R\$)	232.213.750,93
Benefício Efetivo (Durante a ação de controle)	62.008.346,38
Benefício Potencial	0
Proposta de Benefício Potencial	170.205.404,55
Licitações Suspensas Cautelamente	0
Montante Envolvido nas Licitações Suspensas Cautelamente	0
Contratos Suspensos Cautelamente	0
Montante Envolvido nos Contratos Suspensos Cautelamente	0
Condenações	0
Montante Envolvido nas Condenações (em R\$)	0
Sanções impostas	0
Montante Envolvido nas Sansões Impostas	0
Fiscalizações Concluídas	312
Auditorias	8
Relatórios Anuais de Fiscalização	0
Acompanhamentos	18
Representações	55

ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (3º Trimestre de 2025)
continuação

Análises (exceto pensões e aposentadorias)	7
Inspeções	5
Função de Governo	4
Informações gerais (levantamentos, ouvidoria, informações periódicas)	19
Monitoramento	0
Retorno	48
Manifestações	148
Outros (ex: Petição, Consulta, etc)	
Atos de Pessoal Apreciados	2.336
Alertas Emitidos (LRF, Limite de Pessoal etc.)	2
Relatórios Publicados	0
Mesas Técnicas Realizadas	0

ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (3º Trimestre de 2025)

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
41814509000155	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	SP Regula	Autarquia	João Antonio
21154061000183	Agência São Paulo de Desenvolvimento	ADESAMPA	Fundação Privada	Roberto Braguim
15359708000100	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Autarquia	Eduardo Tuma
50176288000128	Câmara Municipal de São Paulo	CMSP	Legislativo	Roberto Braguim
Não disponível	Centro de Estudos Jurídicos Lucia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça	CEJUR	Executivo	Roberto Braguim
47902648000117	Companhia de Engenharia de Tráfego	CET	Soc. de Economia Mista	João Antonio
60850575000125	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHABSP	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
11697171000138	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Soc. de Economia Mista	João Antonio
29599447000100	Controladoria Geral do Município	CGM	Executivo	Roberto Braguim
21278214000102	Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.	SPCINE	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
43076702000161	Empresa Tecnologia Inform. Comun. do Mun.S.Paulo - PRODAM-SP S/A	PRODAMSP	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
Não disponível	Encargos Gerais do Município	EGM	Executivo	Roberto Braguim
57357787000160	Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria Geral do Município	ESDPM	Executivo	Roberto Braguim
07039800000165	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Fundação Pública	Roberto Braguim
15913253000123	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Fundação Pública	Eduardo Tuma
47808607000166	Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo	FAASP	Fundo	João Antonio
14460803000133	Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB	Fundo	Eduardo Tuma
14193376000174	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz	FUNPATRI	Fundo	Eduardo Tuma
14193363000103	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	FUNCAP	Fundo	Eduardo Tuma

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
57132166000189	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município	FEPGMSP	Fundo	Roberto Braguim
14183064000180	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	FECAM	Fundo	Roberto Braguim
14356446000168	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	FETCMSP	Fundo	João Antonio
14127749000109	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	FEPAC	Fundo	Eduardo Tuma
15494977000180	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA	Fundo	Eduardo Tuma
46252639000165	Fundo Financeiro	FUNFIN	Fundo	Roberto Braguim
13864377000130	Fundo Municipal da Saúde	FMS	Fundo	Roberto Braguim
97541718000127	Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS	Fundo	João Antonio
47844572000110	Fundo Municipal de Combate à Fome	FUMCAF	Fundo	João Antonio
26434500000125	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	FMDC	Fundo	Roberto Braguim
14583620000105	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT	Fundo	João Antonio
28514864000140	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FMD	Fundo	João Antonio
53116329000189	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP	Fundo	Eduardo Tuma
14840989000156	Fundo Municipal de Habitação	FMH	Fundo	Ricardo Torres
15580207000150	Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP	Fundo	João Antonio
14289567000134	Fundo Municipal de Inclusão Digital	FUMID	Fundo	Roberto Braguim
23780940000146	Fundo Municipal de Limpeza Urbana	FMLU	Fundo	Eduardo Tuma
20989899000124	Fundo Municipal de Parques	FMP	Fundo	Eduardo Tuma
15768031000164	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI	Fundo	Ricardo Torres
14335109000194	Fundo Municipal de Turismo	FUTUR	Fundo	Roberto Braguim

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
26214195000166	Fundo Municipal do Idoso	FMI	Fundo	João Antonio
43475141000173	Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	FUNTER	Executivo	Roberto Braguim
97537776000187	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD	Fundo	João Antonio
46252357000168	Fundo Previdenciário	FUNPREV	Fundo	Roberto Braguim
46854998000192	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Autarquia	Roberto Braguim
47109087000101	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	Autarquia	Roberto Braguim
46395000000139	Prefeitura do Município de São Paulo	PMSP	Executivo	Roberto Braguim
46392072000122	Procuradoria Geral do Município	PGM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
28743311000160	São Paulo Investimentos e Negócios	SPIN	Soc. de Economia Mista	João Antonio
11958828000173	São Paulo Obras	SPObras	Empresa Pública	Ricardo Torres
11702587000105	São Paulo Parcerias S.A	SP Parcerias	Soc. de Economia Mista	João Antonio
60498417000158	São Paulo Transporte S/A	SPTTrans	Soc. de Economia Mista	João Antonio
62002886000160	São Paulo Turismo	SPTuris	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
43336288000182	São Paulo Urbanismo	SPUrbanismo	Empresa Pública	Eduardo Tuma
46395000000139	Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Especial de Relações Institucionais	SERI	Secretaria Especial	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias	SEDP	Secretaria Executiva	João Antonio
Não disponível	Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito	SEMTRA	Secretaria Executiva	João Antonio
Não disponível	Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas	SECLIMA	Secretaria Executiva	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos	SEPE	Secretaria Executiva	Ricardo Torres

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Não disponível	Secretaria Executiva do Programa Mananciais	SEPM	Secretaria Executiva	Eduardo Tuma
46392130000118	Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
08082743000160	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
46392148000110	Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
49269236000117	Secretaria Municipal das Subprefeituras	SMSUB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
60269453000140	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretaria Municipal	João Antonio
49269244000163	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	SMC	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
04537740000112	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	SMDET	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
07420613000127	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretaria Municipal	João Antonio
46392114000125	Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
46392122000171	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
49269251000165	Secretaria Municipal de Gestão	SEGES	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392106000189	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392171000104	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	SIURB	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392163000168	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
04545693000159	Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
46392155000111	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte	SMT	Secretaria Municipal	João Antonio
61193112000109	Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência	SEPLAN	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
31560607000150	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
05245375000135	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretaria Municipal	Ricardo Torres

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
45000431000196	Secretaria Municipal de Turismo	SMTUR	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
33840043000134	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
74118514000182	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
Não disponível	Secretário Especial de Comunicação	SECOM	Secretaria Especial	Ricardo Torres
Não disponível	Secretário Executivo do Gabinete do Prefeito	SEGP	Secretaria Executiva	Roberto Braguim
47261292000180	Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	Autarquia	João Antonio
05587519000131	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	SUB-AF	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05546795000151	Subprefeitura Butantã	SUB-BT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05604369000127	Subprefeitura Campo Limpo	SUB-CL	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05658440000154	Subprefeitura Capela do Socorro	SUB-CS	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05563306000170	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	SUB-CV	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05587823000189	Subprefeitura Cidade Ademar	SUB-AD	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05529895000170	Subprefeitura Cidade Tiradentes	SUB-CT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05612822000147	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	SUB-EM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
06108854000172	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	SUB-FB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05667941000105	Subprefeitura Guaianases	SUB-G	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05636771000193	Subprefeitura Ipiranga	SUB-IP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05579739000113	Subprefeitura Itaim Paulista	SUB-IT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
06056497000146	Subprefeitura Itaquera	SUB-IQ	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05659015000180	Subprefeitura Jabaquara	SUB-JA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
05655070000100	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	SUB-JT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05658353000105	Subprefeitura Lapa	SUB-LA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05510098000140	Subprefeitura M'Boi Mirim	SUB-MB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05611299000134	Subprefeitura Mooca	SUB-MO	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05494401000169	Subprefeitura Parelheiros	SUB-PA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05640843000176	Subprefeitura Penha	SUB-PE	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05539998000110	Subprefeitura Perus/Anhanguera	SUB-PR	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05649898000147	Subprefeitura Pinheiros	SUB-PI	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05629151000127	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	SUB-PJ	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05652348000187	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	SUB-ST	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05568649000127	Subprefeitura Santo Amaro	SUB-SA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05639268000191	Subprefeitura São Mateus	SUB-SM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05535758000148	Subprefeitura São Miguel Paulista	SUB-MP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
19153572000139	Subprefeitura Sapopemba	SUB-SB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05499294000161	Subprefeitura Sé	SUB-SE	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05515743000118	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	SUB-MG	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05626770000168	Subprefeitura Vila Mariana	SUB-VM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05969123000159	Subprefeitura Vila Prudente	SUB-VP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
50176270000126	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	TCMSP	Legislativo	João Antonio